

COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

ITEM 10 do Formulário de Referência (Instrução CVM 480/2009)

10.1. Os diretores devem comentar sobre:

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

O ano de 2019 trouxe grandes desafios tanto no cenário externo como no doméstico e apesar da perceptível resistência nos avanços da economia e a forte pressão nos custos – impactados pelos preços dos insumos energéticos - a companhia encerrou o ano apresentando crescimento, expansão e consolidação dos novos negócios. Todos os esforços foram concentrados para preservar as margens. A Companhia apresentou avanços em seu desempenho, com receita líquida consolidada de R\$ 1.114 milhões, maior em 6,8% no ano e de R\$ 301 milhões no 4T19, 13,6% acima ao 4T18. Segundo a ABRAMAT, o faturamento do mercado de materiais de construção de acabamento apresentou decréscimo de 0,9% entre 2018 e o 2019, o que aponta para um ganho de market share da Companhia no setor. A estratégia comercial no mercado interno vem mantendo resultados consistentes e progressivos, focada em um mix de produtos mais rentáveis e com modelo de negócios com maior frequência de lançamentos. No mercado externo, houve um acréscimo significativo de 29% no 4T19 quando comparado com 4T18 e, apesar do bom resultado no último trimestre, não foi o suficiente para recuperar as perdas decorrentes devido à crise na Argentina. Os custos industriais foram afetados pelo aumento dos insumos energéticos, fato que gerou redução da margem bruta no ano de 2019 para 32,5%, patamar que se manteve estabilizado nos últimos trimestres. A companhia concentrou os esforços na redução de custos com melhorias que proporcionem ganhos de produtividade e na expansão dos novos negócios. À qualificação do mix de produtos com a introdução das vendas de grandes formatos é uma das principais estratégias para mitigar os aumentos dos custos. Neste sentido, no ano de 2019 a Companhia aumentou sua capacidade de produção com a implantação de uma nova linha para produção de lastras. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 30 milhões no 4T19, R\$ 129 milhões no ano. Durante o ano, houveram os reconhecimentos dos ganhos judiciais de R\$ 41 milhões e a venda do precatório referente do crédito prêmio IPI, no valor de R\$ 170 milhões o que teve importante contribuição adicional para o fluxo de caixa e redução da alavancagem financeira e execução do plano de investimento para o ano.

No ano de 2018 apesar da persistência do cenário político econômico instável, de eventos como a paralisação dos transportes, da espera pela definição do cenário eleitoral e, de aumentos significativos dos custos energéticos, a companhia encerrou o ano apresentando resultados consolidados com crescimento, com lucratividade, expansão dos novos negócios e fortalecimento de nossa estratégia. Todavia, permanece o desafio de rentabilizar os ativos existentes e alcançar a maturidade dos novos negócios. O cenário nacional e a crise na Argentina em 2018 provocaram instabilidade nas vendas e volatilidade no mercado. Assim, manteve-se a estratégia de venda de um mix de produtos mais rentável para ambos os mercados. A receita líquida totalizou R\$ 1,054 bilhão, sendo 3% superior à 2017 gerando margem bruta de 38,5% semelhante ao ano anterior. No mercado interno, as vendas cresceram 3,3%, acompanhando o crescimento das vendas do varejo de materiais de construção. As exportações em reais apresentaram crescimento de 1%, favorecidas pela variação cambial. Em dólares, as exportações sofreram os efeitos da crise na Argentina e reduziram, totalizando US\$ 50 milhões contra US\$ 52 milhões de 2017.

A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 288 milhões e o lucro líquido R\$ 134 milhões no acumulado de 2018, com margens de 27,3% e 12,7%, respectivamente. O crescimento no EBITDA foi de 52%, impactado principalmente pelo reconhecimento de ganhos extraordinários, como o crédito prêmio IPI no processo judicial “Polo Ativo” e o crédito referente ao “Expurgo de ICMS da base de cálculo do PIS e da

COFINS". Sem os efeitos destes, a margem EBITDA foi de 10%. A relação Dívida Líquida/EBITDA reduziu de 2,09x para 1,64x. A dívida teve seu perfil alongado com novas operações com debêntures em 2018.

A ano de 2017 encerra com resultados positivos em um ano cuja instabilidade econômica mostrou-se perdurar e em que o setor apresentou desempenho novamente abaixo das expectativas. Ao longo deste ano a estratégia foi ampliar a rentabilidade, baseada nos diferenciais e alavancas internas de resultado, o que se mostrou um caminho adequado. As exportações foram recordes e representaram uma alternativa acertada frente ao cenário volátil e de retração do mercado doméstico. As vendas brutas somaram R\$ 1,3 bilhões, praticamente iguais a 2016. Segundo a Abramat, o faturamento do mercado de materiais de construção de acabamento deflacionado apresentou queda de 4,0% no ano, o que aponta para um ganho de market share da Companhia no setor. A Companhia focou sua estratégia comercial em um mix de produtos mais rentável no mercado interno, ainda que com volume de vendas menores. Com isso, apesar da receita no mercado interno ter sofrido queda de 3%, a margem bruta consolidada apresentou um ganho de 5 p.p. entre 2017 e 2016. No mercado externo, houve um crescimento de 21% em Reais impactado diretamente pelo aumento de exportações. Foram US\$ 57 milhões em 2017 e US\$ 43 milhões 2016, equivalente a um aumento de 32%. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 189 milhões e o lucro líquido R\$ 64 milhões em 2017. Com margens de 18,5% e 6,3% respectivamente. A retomada da lucratividade é fruto do aumento da margem bruta, do rigor na gestão de despesas, da readequação dos novos negócios ao cenário atual e sensível redução das despesas financeiras com a queda da taxa básica de juros e menor endividamento.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

A estrutura de capital da Companhia, que integra o Novo Mercado desde 2008, é constituída de cerca de 158.488.517 ações ordinárias escriturais atualmente.

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento das suas operações, objetivando salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e, manter uma estrutura compatível com seus níveis de endividamento.

O capital é monitorado frequentemente com base nos índices de alavancagem financeira (vide letra "c" a seguir). Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo patrimônio líquido. Já a dívida líquida, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos e de parcelamento de tributos, subtraído do montante de caixa e equivalentes, e dos créditos com a Refinadora Catarinense (vide letra "f" a seguir).

O capital é constituído de 158.488.517 ações ordinárias, e atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação entre a dívida líquida e o patrimônio líquido, corresponde no consolidado a 54% em 2019, 57% em 2018, 58% em 2017.

i) Hipóteses de resgate

Não existe provisão para resgate de ações ou quotas de capital. Segundo o § 1º do art. 44 da Lei 6.404/76, "o resgate consiste no pagamento do valor das ações para retirá-las definitivamente de circulação". A Companhia não prevê o resgate de suas ações.

Ademais, não há previsão estatutária nem deliberação em assembleia especial (conforme o § 6º do art. 44 da Lei 6.404/76) para este desiderato. Assim não há autorização prévia para o resgate de ações. Não há certificados emitidos que contenham a previsão de resgate de ações.

Desta forma não há meios para nesta data realizar o resgate de ações da Companhia. Caso a Companhia estabeleça, no futuro, o resgate de ações, consoante deliberação em Assembleia Extraordinária serão observadas as hipóteses legais estabelecidas na Lei 6.404/76 e as orientações da Comissão de Valores Mobiliários.

ii) Fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica, dado que não existe provisão de resgate de ações ou quotas de capital.

O estatuto social da Companhia não prevê um critério pré-definido para definição do valor justo de resgate. Entende-se a importância de adotarem-se critérios estatutários objetivos para coibir abusos e danos aos acionistas e à Companhia. Entretanto não há formalizado qualquer orientação a respeito da matéria pela Administração.

Nos casos em que não existe critério pré-definido no estatuto social, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) orienta no sentido de que a administração deve propor a adoção de um critério que resulte em valor justo de resgate e deve justificar os aspectos econômicos que determinaram sua escolha. O Superior Tribunal de Justiça (STJ) se manifestou sobre o assunto e determinou que o preço tivesse em conta o patrimônio líquido, não simplesmente por sua expressão contábil, mas como apurado, em vista dos valores reais, consoante o mercado.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A capacidade de pagamento é satisfatória tendo em vista o EBITDA atingido de cerca de R\$ 128.845 em 2019 frente aos compromissos financeiros contratados (de R\$ 288.013 em 2018, R\$ 189.017 em 2017). A relação Dívida Líquida / EBITDA é de 3,30 vezes (1,64 em 2018 e 2,09 em 2017), indicando que o caixa da Companhia é adequado para honrar seus compromissos com credores, frente aos novos desafios de investimentos realizados. Parte substancial dos compromissos decorre de parcelamento de impostos em prazo de até 180 meses e linhas de financiamento de longo prazo, significativamente para investimentos em expansão, que financiaram a construção da unidade fabril em Alagoas.

A tabela abaixo demonstra o índice de alavancagem financeira que é base para o monitoramento do capital. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total, que em 2019 corresponde 56 com 1 p.p. inferiores em relação a 2018:

Atendimento às exigências contidas na Instrução CVM 480/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Empréstimos e financiamentos	755.033	594.345	512.384	756.376	595.637	513.561
Parcelamento de obrigações tributárias	54.972	63.930	76.259	55.578	64.367	76.774
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(250.395)	(67.580)	(78.756)	(276.325)	(82.624)	(94.379)
Créditos com outras pessoas ligadas	(100.936)	(97.941)	(94.651)	(100.936)	(97.941)	(94.651)
Aplicações Financeiras	(7.552)	(7.251)	(6.938)	(7.552)	(7.251)	(6.938)
Dívida líquida	451.122	485.503	408.388	427.141	472.188	394.367
Total do patrimônio líquido	356.069	362.108	285.048	356.085	362.120	285.048
Total do capital	807.191	847.611	693.436	783.226	834.308	679.415
Índice de alavancagem financeira (%)	56	57	59	55	57	58

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

As fontes de financiamento para capital de giro proveem de diversas instituições financeiras onde são garantidas pelos recebíveis oriundos das vendas da Companhia, e os financiamentos para investimentos provêm em sua quase totalidade dos fornecedores dos equipamentos adquiridos.

As principais fontes de financiamentos detalhadas no item são:

- (i) Emissão de debêntures no montante de R\$ 296 milhões contratadas para alongamento da dívida e maior liquidez financeira;
- (ii) Linha de crédito contratada com o Banco do Nordeste no total de R\$ 108 milhões, investidos na planta fabril de Alagoas;
- (iii) Benefício de R\$ 21 milhões que a Companhia obteve a partir de 2009 pelo programa de incentivo fiscal denominado PRODEC, que difere por 48 meses o recolhimento de 60% do ICMS gerado mensalmente que exceder R\$ 2.251 mil;
- e (v) cerca de R\$ 249 milhões em Nota de Crédito para Exportação contratados com a finalidade de financiar exportações.

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia possui uma emissão de R\$ 296 milhões em debêntures destinados ao alongamento da dívida e preservação da liquidez financeira.

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O endividamento da Companhia é composto por parcelamento de impostos federais, no montante de R\$ 55,5 milhões e por debêntures, financiamentos de equipamentos, capital de giro e exportações no montante de R\$ 756,3 milhões. Ao longo do ano, houve a diminuição de R\$ 45 milhões no endividamento líquido. O saldo do endividamento bruto está dividido em 31% com vencimento no curto prazo e 69% no longo prazo, totalizando R\$ 811,9 milhões.

Endividamento	2019	2018	2017
Endividamento bancário	756.376	595.637	513.561
Tributário	55.578	64.367	76.774
(=) Total do endividamento	811.954	660.004	590.335
Disponibilidades e títulos e valores mobiliários	(283.877)	(89.875)	(101.317)
Créditos com Refinadora Catarinense	(100.936)	(97.941)	(94.651)
(=) Total do endividamento líquido	427.141	472.188	394.367
EBITDA últimos 12 meses	128.810	288.013	189.017
(=) Dívida bancária líquida / EBITDA	3,32	1,64	2,09

A Companhia detém créditos lastreados por contrato da parte relacionada Refinadora Catarinense S/A, provenientes de ação judicial ganha movida por esta contra a Fazenda Nacional (Crédito Prêmio IPI). Ressalta-se que são créditos garantidos por ação transitada em julgado e já se transformaram em precatório. Com efeito, a Companhia recebeu 4 parcelas de um total de 10 parcelas anuais, conforme disposto em contrato. Os recebimentos ocorreram em agosto de 2011, março de 2013, abril de 2014 e dezembro de 2015, nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824, R\$ 9.995 e R\$ 10.000, respectivamente. Adicionalmente foi recebido em setembro de 2016 o montante de R\$ 2.167 em complemento a parcela 04. As parcelas 05, 06 e 07 já estão depositadas para a Refinadora, porém o repasse depende de alvará de liberação, que está em andamento.

i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Atendimento às exigências contidas na Instrução CVM 480/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Moeda	Vencimentos	Encargos	Consolidado		
				31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Capital de giro	R\$			1.343	-	
Arrendamento financeiro (a)	R\$	Mai/2018	11,48% a.a.	-	-	351
Banco do Nordeste S.A (b)	R\$	Jun/2025	3,43% a.a. + IPCA	36.419	9.796	9.798
NCE (c)	R\$	Mar/2024	6,58% a.a.	40.320	42.002	37.954
NCE (c)	US\$	Jun/2021	4,04% a.a.+VC	10.969	7.947	-
Pré-pagamento (e)	US\$	Mai/2018	5,57% a.a.+VC	-	-	2.071
PRODEC (f)	R\$	Nov/2022	3,97% a.a. ¹ + AVP	8.710	14.145	20.489
FINEP (g)	R\$	Mai/2021	6,66% a.a. ¹	13.250	13.270	17.133
DEG (h)	US\$	Out/2021	6,72% a.a.+VC	12.443	12.179	10.460
FINAME (i)	R\$	Ago/2023	3,00% a.a. ¹	420	421	422
ACC	US\$	jun/2020	4,55% a.a.+VC	10.845	-	-
Debêntures 1ª série (j)	R\$	Jun/2021	6,27% a.a.	99.050	976	18.708
Debêntures 2ª série (j)	R\$	Jun/2020	7,24% a.a.	-	985	29.016
Total do circulante			12,85% a.a.¹	233.769	101.721	146.402
Capital de giro	R\$			-	1.292	1.177
Banco do Nordeste S.A (b)	R\$	Jun/2025	3,43% a.a. + IPCA	71.689	53.792	63.573
NCE (d)	R\$	Mai/2024	6,58% a.a. ¹	192.389	67.944	85.278
NCE (d)	US\$	jun/2021	4,04% a.a.+VC	5.464	15.759	-
PRODEC (f)	R\$	Nov/22	3,97% a.a.+AVP	11.817	18.240	25.848
FINEP (g)	R\$	Mai/2021	6,66% a.a. ¹	30.489	18.590	31.721
DEG (h)	US\$	Out/2021	6,72% a.a.+VC	12.092	23.249	29.772
FINAME (i)	R\$	Ago/2023	3,00% a.a. ¹	974	1.392	1.811
Debêntures 1ª série (j)	R\$	Jun/2021	6,67% a.a.	49.482	146.829	71.782
Debêntures 2ª série (j)	R\$	Jun/2023	7,24% a.a.	148.211	146.829	56.197
Total do não circulante			11,44% a.a.¹	522.607	493.916	367.159
Total Geral			11,92% a.a.¹	756.376	595.637	513.561
Total moeda nacional				704.563	536.503	471.258
Total moeda estrangeira				51.713	59.134	42.303

¹ Taxa média ponderada

VC - Variação Cambial

Atendimento às exigências contidas na Instrução CVM 480/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Detalhamento dos contratos

Nota	Contrato	Data		Captação (R\$ mil)	Prazo (meses)	Amortização	Carência (meses)	Garantias	
		Desembolso	Vencimento						
(a)	Banco do Nordeste	ago-14	jun-25	R\$ 105.646	133	Mensal	24	Hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos	
	<i>Contrato celebrado em 06/2013, no valor de R\$ 147.700. A 1ª parcela do financiamento foi liberada pelo Banco em 08/2014 no valor de R\$ 29.221, a 2ª parcela liberada em 01/2015 no valor de R\$ 45.765, a 3ª parcela liberada em 09/2015 no valor de R\$ 14.700, 4ª parcela liberada em 03/2016 no valor de R\$ 4.713 a 5ª parcela liberada em 12/2016 no valor de R\$ 2.418 a 6ª parcela liberada em 02/2019 no valor de R\$ 8.827.</i>								
	Banco do Nordeste	jul-19	jun-27	R\$ 31.147	95	Mensal	24	Hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos em 2º Grau	
	<i>Contrato celebrado em 07/2019, no valor de R\$ 31.147. A 1ª parcela do financiamento foi liberada pelo Banco em 07/2019 no valor de R\$ 7.246.</i>								
	Banco do Nordeste	set-19	set-20	R\$ 16.500	12	Bullet	Bullet	Aval PBTEch e CBC	
	<i>Contrato celebrado em 09/2019, no valor de R\$ 16.500. O Valor do financiamento foi liberado integral pelo Banco em 09/2019 no valor de R\$ 16.500.</i>								
	Banco do Nordeste	set-19	ago-22	R\$ 23.500	12	35	2	Aval PBTEch e CBC	
	<i>Contrato celebrado em 09/2019, no valor de R\$ 23.500. O Valor do financiamento foi liberado integral pelo Banco em 09/2019 no valor de R\$ 23.500.</i>								
(b)	Crédito de Exportação (NCE)	nov-17	nov-21	R\$ 50.000	48	Mensal	12	Receíveis na PBG S/A no valor de 30% do saldo devedor do contrato	
		<i>Este contrato possui cláusulas mínimas de "covenants" que foram cumpridas.</i>							
		nov-17	nov-20	R\$ 30.000	36	Trimestral	20	Receíveis na PBG S/A no valor de 30% do saldo devedor do contrato	
		jun-18	jun-21	R\$ 24.000	36	Trimestral	12	Clean	
		jun-18	mai-21	R\$ 24.000	36	Trimestral	12	Receíveis na PBG S/A no valor de 25% do saldo devedor do contrato	
		mar-19	fev-24	R\$ 54.000	60	Anual	24	Receíveis na PBG S/A no valor de 20% do saldo devedor do contrato	
		mar-19	mar-24	R\$ 50.000	60	Trimestral	24	Receíveis na PBG S/A no valor de 20% do saldo devedor do contrato	
		mar-19	mar-24	R\$ 10.000	60	Trimestral	24	Receíveis na PBG S/A no valor de 20% do saldo devedor do contrato	
		jul-19	jul-23	R\$ 20.000	48	Mensal	12	Receíveis da Portobello SA no valor de 30% do saldo devedor do contrato	
		jul-19	jul-13	R\$ 20.000	48	Mensal	12	Receíveis da Portobello SA no valor de 30% do saldo devedor do contrato	
set-19	set-22	R\$ 30.000	36	Trimestral	12	Receíveis da Portobello SA no valor de 20% do saldo devedor do contrato			
<i>Estes contratos possui cláusulas mínimas de "covenants" que foram cumpridas.</i>									
PRODEC					48	Bullet	Bullet	-	
(c)	<i>(Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) - Regime Especial do Estado de Santa Catarina obtido em julho de 2009. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente sendo que a taxa utilizada para fins de cálculo é a média do capital de giro circulante (8,15% ao ano). O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 2.251 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008), com carência de 48 meses, prazo de 120 meses e atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.</i>								
(d)	Finep	jul-14	mai-21	R\$ 57.318	84	Mensal	24	Fiança Bancária	
		<i>Contrato celebrado em 07/2014, no valor de R\$ 57.300 e a 1ª parcela do financiamento, no valor de R\$ 12.627, foi liberada pelo Banco neste mesmo mês. A 2ª parcela liberada em 01/2016 no valor de R\$ 12.479. A 3ª parcela liberada em 06/2017 no valor de R\$ 32.064.</i>							
(e)	DEG	mai-14	out-21	US\$ 18.000	90	Semestral	23	Máquinas e equipamentos e notas promissórias	
		<i>Em 05/11/2019 o banco DEG concedeu o Waiver referente ao não atingimento do indicador (PL/Ativo Total >20%) relativo ao 3T2019.</i>							
(f)	Finame	mai-13	mai-23	R\$ 39	120	Mensal	25	Máquinas e equipamentos	
		mai-13	abr-23	R\$ 601	120	Mensal	24		
		jul-13	jul-23	R\$ 107	120	Mensal	25		
		jul-13	ago-23	R\$ 1.890	120	Mensal	26		
		jan-14	jun-23	R\$ 577	114	Mensal	18		
(g)	Debêntures 3ª Emissão 1ª Série	jun-18	jun-21	R\$ 150.000	36	Semestral	24	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória	
(h)	Debêntures 3ª Emissão 2ª Série	jun-18	jun-23	R\$ 150.000	60	Semestral	48	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória	
<i>Em 15 de Junho de 2018, foi aprovado pelo Conselho de Administração da PBG S.A, a 3ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao resgate da totalidade da 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora e repêrfilamento de outros passivos da Emissora. Este contrato possui cláusulas mínimas de "covenants" que foram cumpridas.</i>									
(i)	ACC	jun-19	jun-20	US\$ 2.628	12	Bullet	Bullet	Operação clean	

ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Todas as relações de longo prazo da Companhia já foram divulgadas no item acima.

iii) Grau de subordinação entre as dívidas

As dívidas mencionadas acima têm o mesmo grau de subordinação.

iv) Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições

A Companhia prevê em estatuto a aprovação do Conselho de Administração para contratações de linhas de financiamento acima de R\$ 20 milhões, e segue cumprindo essa determinação.

O contrato com o DEG - *Deutsche Investitions* já mencionado acima, possui cláusulas de *covenants*, e que em 31 de dezembro de 2019 estavam sendo atendidos, porém, a Companhia possui a *Waiver* do período mencionado e manteve o saldo no não circulante. A emissão das debêntures também está vinculada contratualmente a cláusulas de *covenants*, e não apresentaram quebra no encerramento deste exercício. Ademais não existem outras restrições.

g) Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

De um modo geral as operações de financiamentos de capital de giro são utilizadas próximo aos limites contratados. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia contava com mais de R\$ 283 milhões em caixa. Adicionalmente a Companhia possui linha de crédito aprovada com o Banco do Nordeste do Brasil S/A no valor de R\$ 108.108, cuja finalidade é o investimento na unidade fabril na cidade de Marechal Deodoro (AL), dos quais a Companhia já captou o montante de R\$ 176.793.

h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise das principais contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2019, 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

Balço Patrimonial	Consolidado			% do Total			% da Variação		
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31/12/19 X 31/12/17	31/12/19 X 31/12/18	31/12/18 X 31/12/17
Ativo									
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	275.378	82.624	94.379	15%	5%	8%	192%	233%	-12%
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	-	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Contas a receber de clientes	251.773	239.463	218.412	14%	15%	17%	15%	5%	10%
Estoques	243.413	213.791	179.323	13%	13%	14%	36%	14%	19%
Adiantamentos a fornecedores	13.332	7.385	5.136	1%	0%	0%	160%	81%	44%
Tributos a recuperar	51.166	9.574	11.872	3%	1%	1%	331%	434%	-19%
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.006	627	4.050	0%	0%	0%	-75%	60%	-85%
Outros	18.488	10.403	9.451	1%	1%	1%	96%	78%	10%
	854.556	563.867	522.623	47%	35%	42%	64%	52%	8%
Não circulante									
Realizável a longo prazo									
Créditos com outras pessoas ligadas	100.936	97.941	94.651	5%	6%	8%	7%	3%	3%
Depósitos judiciais	152.492	116.980	93.501	8%	7%	7%	63%	30%	25%
Recebíveis da Eletrobrás	12.821	12.821	12.821	1%	1%	1%	0%	0%	0%
Tributos a recuperar	83.093	9.640	6.407	5%	1%	1%	1197%	762%	50%
Ativo tributário	37.865	317.506	46.491	2%	20%	4%	-19%	-88%	583%
Ativo atuarial	6.338	9.675	5.758	0%	1%	0%	10%	-34%	68%
Aplicações financeiras vinculadas	7.552	7.251	6.938	0%	0%	1%	9%	4%	5%
Outros	11.093	7.256	2.359	1%	0%	0%	370%	53%	208%
	412.190	579.070	268.926	22%	36%	21%	53%	-29%	115%
Investimentos									
Imobilizado	345	298	298	0%	0%	0%	16%	0%	0%
Intangível	546.809	458.331	440.595	30%	28%	35%	24%	4%	4%
	22.392	20.589	19.566	1%	1%	2%	14%	5%	5%
	569.546	479.218	460.459	31%	30%	37%	24%	4%	4%
	981.736	1.058.288	729.385	53%	65%	58%	35%	45%	45%
Total do ativo	1.836.292	1.622.155	1.252.008	78%	64%	100%	47%	30%	30%

Caixa e equivalentes de caixa

Os valores de caixa e equivalentes de caixa totalizaram R\$ 275 milhões em 31 de dezembro de 2019, 233% maior que no mesmo período de 2018, este aumento reflete grande parte da venda do precatório, polo ativo.

Aplicações financeira vinculadas

Em 31 de dezembro de 2019 as aplicações financeiras vinculadas encontrasse com saldo zero, pois no período de 2016 o valor de R\$ 100 milhões foi integralmente resgatado quando ocorreu a liberação após o registro dos gravames escritos nas garantias vinculadas aos contratos das Debêntures.

Contas a receber de clientes

Os valores de contas a receber houve um acréscimo de 5% do ano de 2019 no mesmo período de 2018. As variações observadas no saldo de contas a receber de clientes decorrem com no aumento da participação das novas lojas próprias, com prazos maiores em função do *ramp up*, também refletida nas vendas do período.

Estoques

Aumento de 14% nos estoques entre dezembro de 2019 e dezembro de 2018 houve um acréscimo pelos reajustes dos preços dos insumos energéticos.

Adiantamento a fornecedores

Houve uma variação de 81% no saldo dos adiantamentos a fornecedores em 2019 comparado com 2018, e no ano de 2018 houve um acréscimo de 44% para 2017.

Tributos a recuperar

Houve um acréscimo 434% entre dezembro de 2019 e dezembro de 2018, pois foi liberado pela Receita Federal o saldo que estava como ativo tributário e passou a ser tributa a recuperar, os dois valores de expurgo do ICMS registrados em 2019.

Imposto de renda e contribuição social a recuperar

Em 2017, o saldo da conta de impostos de renda e contribuição social a recuperar atingiu o montante de R\$ 4 milhões que passou a ser compensado a partir de 2018. Em dezembro de 2018, permaneceu um saldo de R\$ 627 e no ano de 2019 o saldo é de 1 milhão. Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas.

Outros

Um acréscimo de 53% em 31 de dezembro de 2019 em grande parte refere-se ao valor justo dos ganhos e perdas das operações de Swap.

Créditos com outras pessoas ligadas

A variação entre os saldos de 2018, 2017 e 2016 refere-se principalmente à atualização dos recebíveis.

Depósitos judiciais

Um acréscimo de 30% entre 2019 e 2018, referente a 2017 e 2016 que teve a variação de 25%. Os depósitos judiciais têm o objetivo de garantir o julgamento de ações que a Companhia mantém provisão para contingência.

Recebíveis da Eletrobrás

O saldo contábil foi revisado e baixado em 2017, sendo que R\$ 11.294 eram atualizações (revertidas contra o resultado financeiro) e R\$ 8.092 reconhecidos em outras despesas operacionais. E partir desta data não houveram mais atualizações.

Tributos a recuperar

Entre o ano de 2019 e 2018 houveram uma variação de 434% de um ano para outro, a variação referia-se expurgo do ICMS sobre PIS e COFINS.

Ativos tributários

O diminuição de 87% em 2019 para o ano de 2018 refere-se a venda do ativo tributário titulado como “Polo Ativo”.

Ativo atuarial

O ativo atuarial decorrente do plano de benefício definido concedido aos empregados apresentou uma variação negativa de 34% em 2019, pois neste período o plano apresentou déficit, uma vez que o diminui das obrigações aumentou o crescimento dos ativos do plano. Ao longo do ano, as obrigações atuariais aumentaram em função da redução da taxa de juros para atualização das obrigações a conceder. A avaliação atuarial é realizada por atuários independentes.

Imobilizado e Intangível

O imobilizado em 2019 apresenta aumentou 4 % referente ao ano de 2018, decorrente do plano de investimentos e no mesmo período no ano de 2017 comparado a 2016 ocorreu a mesma variação.

Em 2019 no ativo intangível houve um aumento de 5% referente ao ano de 2018 corresponde à inovação digital.

Atendimento às exigências contidas na Instrução CVM 480/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Balanco Patrimonial	Consolidado			% do Total			% da Variação		
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31/12/19 X 31/12/17	31/12/19 X 31/12/18	31/12/18 X 31/12/17
Passivo									
Circulante									
Fornecedores	146.685	124.874	114.569	8%	8%	9%	28%	17%	9%
Cessão de crédito fornecedores	58.710	45.956	35.127	3%	3%	3%	67%	28%	31%
Empréstimos e financiamentos	233.769	101.721	146.402	13%	6%	12%	60%	130%	-31%
Empréstimos e financiamentos	134.719	99.760	98.678	7%	6%	8%	37%	35%	1%
Debêntures	99.050	1.961	47.724	5%	0%	4%	108%	4951%	-96%
Parcelamento de obrigações tributárias	11.765	10.793	14.126	1%	1%	1%	-17%	9%	-24%
Impostos, taxas e contribuições	10.580	4.738	15.273	1%	0%	1%	-31%	123%	-69%
Imposto de renda e contribuição social a recolher	2.083	10.315	1.758	0%	1%	0%	18%	-80%	487%
Adiantamentos de clientes	23.854	16.457	12.615	1%	1%	1%	89%	45%	30%
Obrigações sociais e trabalhistas	41.882	36.734	31.330	2%	2%	3%	34%	14%	17%
Provisão para participação nos lucros	-	1.264	4.289	0%	0%	0%	-100%	-100%	-71%
Dividendos a pagar	982	23.457	6.035	0%	1%	0%	-84%	-96%	289%
Contas a pagar de investimentos	21.745	11.533	19.049	1%	1%	2%	14%	89%	-39%
Outros	61.669	16.226	13.737	3%	1%	1%	349%	280%	18%
	613.724	404.068	414.310	33%	25%	33%	48%	52%	-2%
Não circulante									
Fornecedores	124.754	101.268	78.496	7%	6%	6%	59%	23%	29%
Empréstimos e financiamentos	522.607	493.916	367.159	28%	30%	29%	42%	6%	35%
Empréstimos e financiamentos	324.915	200.258	239.180	18%	12%	19%	36%	62%	-16%
Debêntures	197.692	293.658	127.979	11%	18%	10%	54%	-33%	129%
Provisões para contingências	120.232	139.605	28.214	7%	9%	2%	326%	-14%	395%
Provisão para incentivo de longo prazo	-	162	1.935	0%	0%	0%	-100%	-100%	-92%
Plano de previdência privada	-	-	-	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	1.965	14.186	0%	0%	1%	-100%	-100%	-86%
Parcelamento de obrigações tributárias	43.815	53.574	62.648	2%	3%	5%	-30%	-18%	-14%
Outros	43.524	65.477	-	2%	4%	0%	0%	-34%	0%
	854.932	855.967	552.638	47%	53%	44%	55%	0%	55%
Patrimônio líquido, capital e reservas atribuídos									
Capital social realizado	200.000	140.000	130.000	11%	9%	10%	54%	43%	8%
Reserva legal	25.140	18.426	18.426	1%	1%	1%	36%	36%	0%
Lucros a disposição da AGO	164.704	217.534	140.794	9%	13%	11%	17%	-24%	55%
Ajuste de avaliação patrimonial	(22.224)	(13.852)	(4.172)	-1%	-1%	0%	433%	60%	232%
Outros resultados abrangentes	-	-	-	0%	0%	0%	0%	0%	0%
	367.620	362.108	285.048	20%	22%	23%	29%	2%	27%
Participação dos não controladores	16	12	12	0%	0%	0%	33%	33%	0%
Total do passivo e patrimônio líquido	1.836.292	1.622.155	1.252.008	100%	100%	100%	47%	13%	30%

Fornecedores

As variações no saldo de fornecedores entre 2018, 2017 e 2016, mantiveram-se nos níveis esperados pela Companhia. No longo prazo refere-se exclusivamente a provisão para pagamento do fornecedor de gás natural.

Cessão de crédito fornecedores

A conta cessão de crédito de fornecedores teve um aumento de 28% do saldo em 2019, reflexo de uma maior adesão ao serviço oferecido. A Companhia realizou operações de cessão de crédito de fornecedores com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas visando à manutenção do relacionamento comercial.

Empréstimos e financiamentos

Em 2019 houve um acréscimo do saldo de empréstimos e financiamentos em 130% (somados passivo circulante, não circulante e debêntures) ainda deriva da emissão de debêntures realizadas pela companhia este ano a fim de preservar sua liquidez financeira. Destaca-se o alongamento do perfil de endividamento da Companhia. O valor justo dos empréstimos atuais não possui diferenças significativas em relação ao seu valor contábil, uma vez que os valores contábeis estão registrados ao custo amortizado e atualizados pró-rata.

Parcelamento de obrigações tributárias

O aumento do saldo desta rubrica, considerando a soma do circulante e não circulante, sendo a variação positiva entre 2019 e 2018 de 9%, 2018 e 2017 variação negativa de 24%.

Impostos, taxas e contribuições

O acréscimo de 123% para 2019 para 2018. No mesmo período de 2018 a 2017 houve um decréscimo de 69%.

Imposto de renda e contribuição social a recolher

O saldo da conta de imposto de renda e contribuição social a recolher atingiu o montante de R\$ 2.083, devido a redução da lucratividade obtida pela Companhia. Em 2018, o montante R\$ 10.315 aumentou devido a maior lucratividade obtida pela Companhia.

Provisões para contingências

Em 2018 o saldo de provisões para contingências considerando os montantes no passivo circulante e não circulante diminuíram 14% referente ao mesmo período de 2018 em razão da venda referentes ao processo tributária judicial “Polo Ativo”

Adiantamento de clientes

Os adiantamentos de clientes são referentes a uma modalidade de venda em que o produto só é entregue após o pagamento de 50% do valor da compra. A prática aumentou assim o risco financeiro. No ano de 2019 houve uma variação de positiva de 45% para o mesmo período de 2018.

Obrigações sociais e trabalhistas

Em 2018 houve um aumento de 14% do montante de ordenados e salários a pagar e às provisões de férias reconhecidas no período. A entre 2018 e 2017 houve uma variação positiva de 17% .

Provisão para participação nos lucros

Em 2019 não houve a provisão para participação os lucros, pois não foram atingidos os requisitos mínimos para pagamento e índices para distribuição da remuneração aos funcionários.

Provisão para incentivo de longo prazo

A redução de 100% em 2019 (menos 92 % em 2018 se comparado com 2017) reflete os resultados da companhia no período. O programa de meritocracia foi criado em 2012, cujo objetivo é atrair, reter e reconhecer o desempenho dos profissionais atuantes na empresa, alinhando os interesses dos executivos aos acionistas da Companhia e estimular a permanência nos cargos.

Dividendos a pagar

O saldo da rubrica refere-se aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2019.

Contas a pagar de investimentos

O saldo da rubrica refere-se aos investimentos realizados com a planta fabril em Tijuca, Marechal Deodoro, nas lojas próprias e novos negócios no período de 2019.

Outros

Os outros passivos circulantes apresentaram diminuição de 34% em 2019. No período de 2017 x 2018 houve uma diminuição.

Capital social realizado

Em abril de 2019, a companhia aumentou o capital social em R\$ 60 milhões, R\$ 20 milhões em 2018 e R\$ 10 milhões em 2016. Os acréscimos foram realizados a fim de capitalizar o lucro da companhia. Ambas as movimentações foram aprovadas pelas AGE de 18 de abril de 2019, 28 de abril de 2018 e 24 de abril de 2017 respectivamente e não provocaram alteração na quantidade total de ações.

Reserva legal

Foi destinado à reserva legal 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício de 2019, bem como em 2017 e 2016, conforme previsto no artigo 193 da Lei 6.404/76.

Lucros a disposição da AGO

Após as destinações obrigatórias previstas na lei 6.404/76 e no estatuto social da Companhia, foi alocado a esta rubrica o montante de lucro do exercício social de 2019 a ser destinado após deliberação da Assembleia Geral Ordinária. A proposta da Administração para destinação está nos documentos em anexo (instrução nº 481, artigo 9).

Ajustes de avaliação patrimonial

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição. A variação do saldo negativa dessa rubrica refere-se à realização da reserva de reavaliação e variação cambial.

Outros resultados abrangentes

A partir da vigência da lei 11.638 os efeitos de conversão das demonstrações financeiras de empresas controladas no exterior e as variações cambiais decorrente passaram a ser registradas no Patrimônio Líquido enquanto que em 2007 (pré-lei 11.638) este registro acontecia no resultado. Nesta rubrica também estão registrados os ganhos e perdas atuariais relativas ao fundo de previdência dos funcionários da Companhia.

Atendimento às exigências contidas na Instrução CVM 480/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Demonstração de Resultado	Consolidado			% da Receita			% da Variação		
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	2019 x 2017	2019 x 2018	2018 x 2017
Operações continuadas									
Receita operacional líquida	1.114.269	1.054.190	1.023.937	100%	100%	100%	9%	6%	-3%
Custo dos produtos vendidos	(751.650)	(648.590)	(606.917)	-67%	-62%	-59%	24%	16%	-6%
Lucro operacional bruto	362.619	405.600	417.020	33%	38%	41%	-13%	-11%	3%
Receitas (despesas) operacionais líquidas									
Vendas	(306.437)	(285.619)	(246.510)	-28%	-27%	-24%	24%	7%	-14%
Gerais e administrativas	(40.873)	(45.458)	(35.877)	-4%	-4%	-4%	14%	-10%	-21%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	59.762	169.881	14.373	5%	16%	1%	316%	-65%	-92%
	<u>(287.548)</u>	<u>(161.196)</u>	<u>(268.014)</u>	<u>-26%</u>	<u>-15%</u>	<u>-26%</u>	<u>7%</u>	<u>78%</u>	<u>66%</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	75.071	244.404	149.006	7%	23%	15%	-50%	-69%	-39%
Resultado financeiro									
Receitas financeiras	15.375	11.218	24.892	1%	1%	2%	-38%	37%	122%
Despesas financeiras	(91.571)	(68.534)	(92.896)	-8%	-7%	-9%	-1%	34%	36%
Variação cambial líquida	1.084	9.225	(10)	0%	1%	0%	-10940%	-88%	-100%
	<u>(75.112)</u>	<u>(48.091)</u>	<u>(68.014)</u>	<u>-7%</u>	<u>-5%</u>	<u>-7%</u>	<u>10%</u>	<u>56%</u>	<u>41%</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição soc	(41)	196.314	80.992	0%	19%	8%	-100%	-100%	-59%
Imposto de renda e contribuição social									0%
Corrente	(11.286)	(20.418)	(10.239)	-1%	-2%	-1%	10%	-45%	-50%
Diferido	24.490	(41.584)	(6.583)	2%	-4%	-1%	-472%	-159%	-84%
	<u>13.204</u>	<u>(62.002)</u>	<u>(16.822)</u>	<u>1%</u>	<u>-6%</u>	<u>-2%</u>	<u>-178%</u>	<u>-121%</u>	<u>-73%</u>
Lucro do exercício das operações continuadas	13.163	134.312	64.170	1%	13%	6%	-79%	-90%	-52%
Lucro líquido do exercício	13.163	134.312	64.170	1%	13%	6%	-79%	-90%	-52%
Lucro líquido atribuível a							0%	0%	0%
Acionistas da Companhia	13.128	134.282	64.136	1%	13%	6%	-80%	-90%	-52%
Participação dos não controladores	35	30	34	0%	0%	0%	3%	17%	13%

Receita operacional líquida

Em 2019 a receita houve um acréscimo de 6% se comparar ao ano anterior, e no 2018 a receita operacional líquida de vendas diminuiu 5%, referente ao ano de 2017.

Lucro operacional bruto

Em 2019 o lucro bruto diminuiu de 11% referente ao ano de 2019, é reflexo do custo fabril, evidenciando pela eficiência de custo frente a inflação, aumento dos consumos físicos e energéticos.

Despesas com vendas

As despesas com vendas totalizaram R\$ 306 milhões, sendo 7% maiores do que em 2018. Este aumento deu-se em função do desenvolvimento de novos negócios, aumento no número de lojas próprias, operações nos EUA, ampliação da rede logística, além da reorganização da Companhia para alcançar posicionamento, intensificando sua atuação no varejo.

Despesas gerais e administrativas

As despesas administrativas totalizaram R\$ 40 milhões, apresentando decréscimo de 10%.

Outras receitas e despesas operacionais, líquidos

As outras receitas (despesas) operacionais somaram em 2018 o valor de R\$170 milhões. Este valores incorporaram os ganhos nos processos judiciais o Polo Ativo - Crédito Prêmio do IPI e o Expurgo de ICMS da base cálculo do PIS e da COFINS.

Resultado financeiro

O resultado financeiro de 2019 foi uma despesa de R\$ 75 milhões. Já em 2018 foram R\$ 48 milhões de despesa (R\$ 68 milhões em 2017), onde grande parte é reflexo da variação cambial, fruto da valorização do dólar e aumento do custo financeiro da dívida.

Lucro líquido do exercício

O lucro líquido do exercício findo em 2019 foi de R\$ 13 milhões, valor significativamente superior a qualquer período anterior. Deve-se em grande parte aos ganhos judiciais, refletindo os esforços da administração no atingimento dos resultados almejados.

10.2. Os diretores devem comentar:

a) Resultados das operações do emissor, em especial:

i) Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita da Companhia é proveniente da venda de produtos cerâmicos para revestimento, destinados à construção civil. Estes produtos são parte de produção própria e parte de produtos adquiridos de terceiros, seja no mercado interno ou importados.

Os produtos oferecidos pela Companhia classificam-se em diferentes classes (tipologia): (i) revestimentos externos; (ii) pisos cerâmicos; (iii) pisos porcelânicos esmaltados e não esmaltados; e (iv) revestimentos internos ou azulejos. Estas classes compõem a linhas de produtos que possuem diferentes cores e formatos. Esta composição determina o mix de produção que influência na capacidade de produção.

A receita é influenciada primeiramente pelos volumes (capacidade de produção), pelo mix de formatos, pelo portfólio, e preços praticados em cada canal de distribuição.

A estratégia de distribuição da Companhia está alicerçada em quatro canais distintos e com características específicas de portfólio de produtos, serviços e de política comercial:

Mercado Interno

São quatro os canais de distribuição:

Varejo (multimarcas) – Canal responsável pelo atendimento a revendedores de materiais de construção (“home centers”) que revendem nossos produtos no varejo para o consumidor final ou para pequenos construtores.

Engenharias – Equipes e estrutura comercial especializadas para atender empresas de construção civil (construtoras e incorporadoras), para obras residenciais, comerciais ou públicas.

Varejo Portobello Shop – Rede de lojas especializadas em produtos Portobello que atendem os clientes de varejo por meio de franquias sob as bandeiras Portobello Shop e Empório Portobello, focadas no consumidor mais exigente quanto à qualidade, atendimento e serviço. Com 131 lojas instaladas em todo o Brasil, a Portobello Shop tornou-se um sucesso, possibilitando assim, o desenvolvimento de novos formatos de negócio como o modelo Empório, que foi adaptado a diferentes perfis de cidades, buscando a expansão em regiões que não comportavam uma unidade tradicional.

Pointer – A marca Pointer foi concebida para atender um público específico, com portfólio exclusivo e focado principalmente no mercado do norte e nordeste brasileiro, e permitirá à Companhia atuar em um novo segmento com boas perspectivas de crescimento. A combinação das duas marcas, Portobello e Pointer, vislumbra um potencial importante de desenvolvimento do negócio, ampliando a atuação da Companhia diferentes posicionamentos de mercado.

Mercado Externo

A Portobello é uma marca internacional e comercializa seus produtos em aproximadamente 78 países, através de equipe própria e representantes independentes. Os principais destinos das exportações em 2018 foram Argentina, Paraguai, Chile, Austrália, Bolívia, U.S.A., México, Colômbia, Uruguai, Bélgica, África do Sul e Canadá.

As exportações representaram 16% da Receita Líquida. Com as taxas de câmbio nos níveis atuais, a Companhia acredita que vendas neste mercado, concentradas em produtos de maior valor agregado, continuarão a contribuir de forma relevante aos resultados da Companhia.

A rentabilidade obtida pela exportação confirma os avanços da empresa em busca da competitividade internacional aliada as taxas de câmbio. Esta competitividade assegura maior equilíbrio de vendas em eventuais dificuldades que possam afetar o mercado doméstico.

A composição da receita líquida (R\$ mil), nos 3 últimos anos foi a seguinte:

	2019		2018		2017	
	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL	Rec. Líquida (R\$ mil)	% ROL
Mercado interno	939.218	84%	857.866	82%	840.999	82%
Mercado externo	175.051	16%	185.512	18%	182.938	18%
	<u>1.114.269</u>		<u>1.043.378</u>		<u>1.023.937</u>	

ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Estão descritos abaixo alguns fatores que influenciaram os resultados consolidados da Companhia nos últimos três exercícios:

No final de 2019 foram realizadas mudanças na estrutura organizacional: o modelo de negócios que até então consistia na atuação como uma empresa de varejo integrado, passou agora a atuar em unidades de negócios independentes, sendo elas: Portobello, Pointer, Portobello Shop e Portobello América.

A companhia está ciente dos seus desafios e preparada para as exigências do mercado, permanecendo confiante na expansão dos seus negócios através das suas estratégias de ganho de eficiência operacional e na rentabilização dos seus ativos. Nas vendas mantém o compromisso de trazer inovação de forma constante, com foco no crescimento do varejo, no fortalecimento e internacionalização da marca, na consolidação de novos negócios e também na otimização do *mix* de produtos, permanecendo comprometida com a sua estratégia.

No ano de 2018 apesar da persistência do cenário político econômico instável, de eventos como a paralisação dos transportes, da espera pela definição do cenário eleitoral e, de aumentos significativos dos custos energéticos, a companhia encerrou o ano apresentando resultados consolidados com crescimento, com lucratividade, expansão dos novos negócios e fortalecimento de nossa estratégia. Todavia, permanece o desafio de rentabilizar os ativos existentes e alcançar a maturidade dos novos negócios. O cenário nacional e a crise na Argentina em 2018 provocaram instabilidade nas vendas e volatilidade no mercado. Assim, manteve-se a estratégia de venda de um mix de produtos mais rentável para ambos os mercados. A receita líquida totalizou R\$ 1,054 bilhão, sendo 3% superior à 2017 gerando margem bruta de 38,5% semelhante ao ano anterior. No mercado interno, as vendas cresceram 3,3%, acompanhando o crescimento das vendas do varejo de materiais de construção. As exportações em reais apresentaram crescimento de 1%, favorecidas pela variação cambial. Em dólares, as exportações sofreram os efeitos da crise na Argentina e reduziram, totalizando US\$ 50 milhões contra US\$ 52 milhões de 2017.

A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 288 milhões e o lucro líquido R\$ 134 milhões no acumulado de 2018, com margens de 27,3% e 12,7%, respectivamente. O crescimento no EBITDA foi de 52%, impactado principalmente pelo reconhecimento de ganhos extraordinários, como o crédito prêmio IPI no processo judicial “Polo Ativo” e o crédito referente ao “Expurgo de ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS”. Sem os efeitos destes, a margem EBITDA foi de 10%. A relação Dívida Líquida/EBITDA reduziu de 2,09x para 1,64x. A dívida teve seu perfil alongado com novas operações com debêntures em 2018.

A Companhia encerra 2017 com resultados positivos em um ano cuja instabilidade econômica mostrou-se perdurar e em que o setor apresentou desempenho novamente abaixo das expectativas. Ao longo deste ano a estratégia foi ampliar a rentabilidade, baseada nos diferenciais e alavancas internas de resultado, o que se mostrou um caminho adequado. As exportações foram recordes e representaram uma alternativa acertada frente ao cenário volátil e de retração do mercado doméstico. As vendas brutas somaram R\$ 1,3 bilhões, praticamente iguais a 2016. Segundo a Abramat, o faturamento do mercado de materiais de construção de acabamento deflacionado apresentou queda de 4,0% no ano, o que aponta para um ganho de market share da Companhia no setor. A Companhia focou sua estratégia comercial em um mix de produtos mais rentável no mercado interno, ainda que com volume de vendas menores. Com isso, apesar da receita no mercado interno ter sofrido queda de 3%, a margem bruta consolidada apresentou um ganho de 5 p.p. entre 2017 e 2016. No mercado externo, houve um crescimento de 21% em Reais impactado diretamente pelo aumento de exportações. Foram US\$ 57 milhões em 2017 e US\$ 43 milhões 2016, equivalente a um aumento de 32%. A geração de caixa, medida pelo EBITDA, somou R\$ 189 milhões e o lucro líquido R\$ 64 milhões em 2017. Com margens de 18,5% e 6,3% respectivamente. A retomada da lucratividade é fruto do aumento da margem bruta, do rigor na gestão de despesas, da readequação dos novos negócios ao cenário atual e sensível redução das despesas financeiras com a queda da taxa básica de juros e menor endividamento.

b) Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

A receita líquida do mercado interno representou 84% do total, a receita subiu 9% em relação a 2018, que segundo a ABRAMAT, o faturamento do mercado de materiais de construção de acabamento apresentou decréscimo de 0,9% entre 2018 e o 2019, o que aponta para um ganho de *market share* da Companhia no setor.

No mercado externo, as variações foram influenciadas basicamente pelas oscilações do câmbio. Em 2019, a receita decréscimo 6% em relação a 2018, devido a crise na Argentina.

Por se tratar de uma indústria em que as tendências de moda têm um grande peso, a renovação do portfólio é constante, e os esforços em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos estão diretamente atrelados à demanda constante por inovação.

c) Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor, quando relevante

A Companhia tem sofrido pressões inflacionárias nos custos e insumos, principalmente para a mão de obra, que são constantemente neutralizados pelos esforços buscando ganhos de produtividade.

A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados ao equivalente a um ano de suas exportações, conforme abaixo:

	Em reais					
	Controladora			Consolidado		
	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Contas a receber	55.260	51.214	52.785	55.260	51.214	52.785
Conta corrente	241	5.470	3.806	241	5.470	3.806
Créditos com controladas	90.338	84.255	67.728	-	-	-
Provisão para perdas em investimentos	(57.643)	(74.534)	(67.717)	-	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(18.539)	(6.896)	(9.718)	(18.539)	(6.896)	(9.718)
Contas a pagar, de investimentos	(16.504)	(8.793)	(12.392)	(16.504)	(8.793)	(12.392)
Empréstimos e financiamentos	(51.813)	(59.134)	(42.303)	(51.813)	(59.134)	(42.303)
(-) Operação Swap	16.433	23.706	-	16.433	23.706	-
Passivos líquidos expostos	17.773	15.288	(7.811)	(14.922)	5.567	(7.822)

Atendimento às exigências contidas na Instrução CVM 480/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

		Em moeda estrangeira					
		Controladora			Consolidado		
		31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2019	31 de dezembro de 2018	31 de dezembro de 2017
Contas a receber	euro	283	338	317	317	338	317
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	euro	(6.499)	(1.592)	(541)	(541)	(2.732)	(541)
		<u>(6.216)</u>	<u>(1.254)</u>	<u>(224)</u>	<u>(224)</u>	<u>(2.394)</u>	<u>(224)</u>
Contas a receber	dolar	13.373	12.811	12.659	60	12.811	12.659
Conta corrente	dolar	60	1.412	1.150	15.138	1.412	1.150
Créditos com controladas	dolar	22.413	21.744	20.474	-	-	-
Provisão para perdas em investimentos	dolar	(14.301)	(18.770)	(20.471)	-	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	dolar	(1.504)	(2.268)	(2.288)	(1.514)	(2.268)	(2.288)
Empréstimos e financiamentos	dolar	(8.788)	(9.148)	(12.788)	(8.778)	(9.148)	(12.788)
(-) Operação Swap	dolar	-	-	-	-	-	-
		<u>11.253</u>	<u>5.781</u>	<u>(1.264)</u>	<u>4.906</u>	<u>2.807</u>	<u>(1.267)</u>

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não se aplica, dado que a Companhia não fez alterações de segmentos operacionais nos três últimos exercícios sociais.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não se aplica, dado que nos três últimos exercícios sociais não ocorreram eventos dessa natureza.

c) Eventos ou operações não usuais

Em 02 de abril de 2019 foi aprovado na AGE o aumento do Capital Social da Companhia, pela capitalização de lucros no montante de R\$ 60.000, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169, § 1º da Lei 6.404/76. O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 140.000 dividido em 158.488 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

10.4. Os diretores devem comentar:

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Não se aplica, dado que todas as alterações em virtude da adequação aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e a adaptação aos Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS), ocorreram nas demonstrações financeiras divulgadas em 31 de dezembro de 2010.

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Não se aplica, dado que não ocorreram mudanças significativas nas praticas contábeis.

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Não houve ressalvas mencionadas no parecer do auditor.

10.5 Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

I). Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

1 Consolidação

1.1 Demonstrações Financeiras consolidadas

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, geralmente acompanhada de uma participação de mais do que metade dos direitos a voto (capital votante). A existência e o efeito de possíveis direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são considerados quando se avalia se a Companhia controla outra entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que cessa o controle.

O percentual de participação societária da Companhia nas empresas controladas em 31 de dezembro de 2019 é : Portobello América, Inc. 100%, PBTech Com. Serv. Revest. Cer. Ltda 99,94%, Portobello Shop S/A 99,90%; Mineração Portobello Ltda 99,76% e Companhia Brasileira de Cerâmica 98,00%.

As operações entre a Companhia e suas controladas, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, foram eliminados para fins de preparação das Demonstrações Financeiras consolidadas.

As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

b) Transações e participações das não controladoras

A Companhia e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras da mesma forma que as transações com proprietários de ativos classificados como partes relacionadas. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações não controladoras também são registrados no patrimônio líquido.

1.2 Demonstrações Financeiras individuais

Nas Demonstrações Financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com esse método, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e posteriormente ajustado pelo reconhecimento da participação atribuída à Companhia nas alterações dos ativos líquidos da investida. Ajustes no valor contábil do investimento também são necessários pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial da investida, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, ou seja, em ajuste de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido.

Na utilização do método de equivalência patrimonial, a parcela do resultado das controladas destinada a dividendos é reconhecida como dividendos a receber no ativo circulante. Portanto, o valor do investimento está demonstrado líquido do dividendo proposto pela controlada. Desta forma não há reconhecimento de receita de dividendos.

2 Apresentação de informações por segmento de negócio

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva responsável inclusive pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e suas controladas.

3 Conversão de moeda estrangeira

a) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para Reais, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como resultado financeiro.

b) Empresas controladas

Os ativos e passivos em moeda estrangeira (Dólar dos Estados Unidos) registrados por controlada sediada no exterior foram convertidos para reais pela taxa de câmbio no fechamento do balanço e o resultado foi convertido pelas taxas de câmbio médias mensais. A variação cambial sobre o investimento no exterior foi

registrada como ajuste acumulado de conversão no patrimônio líquido sob a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial”.

4 Ativos Financeiros

4.1 Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são mensurados, no reconhecimento inicial, ao valor justo.

Vendas e compras de ativos financeiros que requerem a entrega de bens dentro de um cronograma estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (compras regulares) são reconhecidas na data da operação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o bem.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, e outras contas a receber.

4.2 Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia são classificados de acordo com o modelo de negócio da Companhia para gestão dos ativos financeiros e nas características dos fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros, conforme segue:

4.3 Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Representam ativos adquiridos para fins de realização no curto prazo, mantidos dentro do modelo de negócios, cujo objetivo seja receber fluxos de caixa contratuais, e nas situações em que os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Após o reconhecimento inicial, são mensurados utilizando-se o custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. A receita de juros, a correção monetária e a variação cambial, deduzidas as perdas por desvalorização, conforme o caso, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridos.

4.4 Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Representam ativos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais quanto a venda de ativos financeiros; e os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto.

4.5 Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Representam os demais ativos financeiros que não são mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. As taxas de juros, a variação monetária, a variação cambial e as variações derivadas da avaliação pelo valor justo são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício como receitas ou despesas financeiras, quando incorridas.

4.6 Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (conforme o caso, parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Expiram os direitos de recebimento de fluxos de caixa;
- A Companhia e suas controladas transferem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa do ativo ou assumem uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos a um terceiro, nos termos de um acordo de repasse; e (a) a Companhia transferiu substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Companhia não transferiu, nem reteve substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o seu controle.

Quando a Companhia e suas controladas cedem seus direitos de recebimento de fluxos de caixa de um ativo ou celebra acordo de repasse, sem ter transferido ou retido substancialmente a totalidade dos riscos e benefícios relativos ao ativo ou transferido o controle do ativo, o ativo é mantido e reconhece um passivo correspondente. O ativo transferido e o passivo correspondente são mensurados de forma que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia e suas controladas.

4.7 Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia adotou o método da perda esperada e a mensuração com base em toda a vida dos ativos financeiros. É utilizada a abordagem simplificada para os grupos de ativos financeiros, que considera a análise do crédito, o histórico de movimentações e perdas. Indicadores externos não foram considerados pois são capturados no período de avaliação de perda histórica.

O valor de perda é mensurado com base na expectativa de não recebimento da carteira, que é obtida através dos valores de perda histórica por faixa de atraso desde o reconhecimento inicial do recebível. A média de perda histórica de seis meses é aplicada conforme comportamento histórico recente, e assim atribui-se um percentual de risco de crédito. O percentual de risco de crédito é aplicado a cada faixa de vencimento sob o valor total dos contratos. O produto entre os percentuais de perda esperada e os montantes de faixa de vencimento resultam no montante de perda esperada que é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Se, em período subsequente, o valor da perda por não recuperação se reduzir e a redução puder ser associada objetivamente a um evento ocorrido após o reconhecimento da provisão (tal como uma melhora da classificação de crédito do devedor), a reversão da perda por desvalorização reconhecida anteriormente é reconhecida na demonstração do resultado do exercício. Se uma baixa for recuperada posteriormente, a recuperação é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

5 Passivos financeiros

5.1 Reconhecimento Inicial e Mensuração

Passivos financeiros são classificados no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado para a emissão de títulos e dívidas. Esses custos são apropriados ao resultado do período do financiamento, como complemento do custo de captação, ajustando assim a taxa de juros efetiva da operação.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, fornecedores cessão de crédito, contas a pagar por aquisição de investimento e empréstimos e financiamentos.

5.2 Mensuração subsequente

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

5.3 Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

5.4 Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.5 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos, tais como contratos de derivativos de swaps de juros para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio e de taxas de juros. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo (valor de mercado) em cada data de divulgação de balanço. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados, e conforme as características atreladas deste contrato, a companhia apresenta de forma líquida esse contrato de derivativo com o da operação original.

6 Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada móvel. O custo dos produtos acabados e dos

produtos em processo compreende matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de produção relacionadas (com base na capacidade operacional normal), exceto os custos dos empréstimos tomados. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

7 Depósitos judiciais

Os saldos dos depósitos judiciais estão atualizados monetariamente pela taxa de poupança e apresentados como ativo não circulante, realizável a longo prazo.

8 Recebíveis da Eletrobrás

Os recebíveis da Eletrobras são decorrentes de valor incontroverso e são reconhecidos com base no cálculo da contadoria de Justiça Federal. Até julho de 2014 o valor era atualizado por índice de inflação, acrescidos de 12% ao ano, quando a Companhia decidiu interromper a atualização do ativo, até nova decisão do valor e dos critérios utilizados neste processo.

9 Investimentos

Os investimentos em empresas controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecida no resultado do exercício como receita ou despesa operacional. No caso da variação cambial de investimento na controlada Portobello América Inc., as variações no valor do investimento decorrentes exclusivamente de variação cambial são registradas na conta “Ajuste de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido da Companhia, e somente são registrados ao resultado do exercício quando o investimento for vendido ou baixado para perda.

A provisão para perdas em investimentos é constituída quando ocorrem perdas de investimentos em controladas e estas perdas excedem o limite do valor contábil do investimento. A Companhia classifica a provisão no passivo não circulante, sob a rubrica “Provisão para perdas em investimentos” e a contrapartida da provisão é registrada no resultado, na rubrica “Resultado da equivalência patrimonial”. Outros investimentos estão reconhecidos pelo custo histórico e ajustado pela provisão para impairment, caso exista algum indicador de perda.

10 Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo, deduzido da depreciação acumulada. A contrapartida das reavaliações é registrada em conta própria do patrimônio líquido e em conta de tributos diferidos no passivo não circulante. Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados no custo de produção, quando incorridos.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme taxa de depreciação.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas), operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

11 Intangível

O intangível refere-se ao registro dos direitos que tem por objeto bens incorpóreos, como marcas e patentes, gastos de implantação do sistema de gestão e softwares e direitos de exploração de jazidas de minérios, fundo de comércio. São apresentados pelo custo incorrido na aquisição ou formação e, posteriormente deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Assim são demonstrados ao custo de aquisição, combinada com as taxas anuais de amortização, calculadas pelo método linear, levando em consideração a vida útil definida para o ativo.

A Companhia e suas controladas determinaram a vida útil das marcas e patentes e fundo de comércio como indefinida. Com base em uma análise de todos os fatores relevantes, verificou-se que estes ativos não apresentaram limites previsíveis em relação ao período durante o qual se espera que os mesmos gerem fluxos de entrada de caixa líquidos para as entidades.

A recuperação de um ativo intangível com vida útil indefinida é testada comparando o seu valor recuperável com o seu respectivo valor contábil. O procedimento é feito anualmente ou sempre que haja uma indicação de que o ativo intangível pode estar perdendo substância econômica, conforme determinação do CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável.

a. ***Impairment* de ativos não financeiros, (exceto estoques, imposto de renda e contribuição social diferidos)**

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* anualmente e sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório.

12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

13 Empréstimos, financiamentos e debêntures

São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*"pro rata temporis"*).

São classificados como passivo circulante, a menos que a Controladora e suas controladas tenham um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após o fim do exercício.

14 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

As provisões para contingências são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e são avaliadas individualmente pelos consultores jurídicos e legais da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo em função de atualização monetária é reconhecido como despesa financeira.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas Demonstrações Financeiras, e os classificados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Companhia julgar que o ganho é praticamente certo ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos.

15 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

O imposto de renda e contribuição social correntes são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda (25%) e da contribuição social (9%) sobre o lucro líquido ajustado nos termos da legislação vigente. A compensação de prejuízos fiscais e de base negativa da contribuição social está limitada a 30% do lucro tributável.

Os créditos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de saldos acumulados de prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporárias ativas, assim como, os débitos tributários diferidos de imposto de renda e contribuição social são decorrentes de reavaliação de ativo imobilizado e diferenças temporárias passivas. Os créditos levaram em consideração a expectativa futura de geração de lucros tributáveis e estão calculados com base nas alíquotas atualmente vigentes pela legislação tributária e registrados até o montante considerado como realizável com base em estimativas preparadas pela Companhia.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

16 Benefícios a empregados

a) Plano de previdência privada

A Companhia patrocina plano de benefício com característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade (componentes de benefício definido). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. A Companhia não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração.

A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. O passivo reconhecido no balanço patrimonial é o valor presente das obrigações de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, com os ajustes de serviços passados não reconhecidos. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são registrados como outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste de avaliação patrimonial".

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do empregado no emprego, por um período de tempo específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas e as contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos dos serviços correntes futuros estiver disponível.

b) Plano de participação nos resultados

O reconhecimento desta participação é realizado mensalmente no passivo circulante, sob a rubrica "Outros" e na demonstração do resultado sob a rubrica "Outras despesas operacionais". Seu cálculo baseia-se em uma fórmula que considera o atingimento de 80% do lucro antes dos juros e impostos orçados e está limitado a até 20% do lucro líquido antes das despesas com participação nos resultados

c) Incentivo de longo prazo

A Companhia opera um plano de incentivos de longo prazo, segundo os quais a Companhia recebe serviços dos empregados e oferece como contraprestação pagamentos em dinheiro. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca de caixa, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido como obrigação é determinado anualmente considerando os principais aspectos: o crescimento do EBITDA e uma relação do EBITDA com a dívida líquida da Companhia. O valor total da despesa é reconhecido durante o período no qual o direito é adquirido; período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas com base nas condições de aquisição de direitos e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no passivo.

17 Capital social

O capital social da Companhia está representado exclusivamente por ações ordinárias e estão classificadas no patrimônio.

18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

19 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas e é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre a Companhia e suas controladas.

A receita de venda é reconhecida no momento da entrega física dos bens ou serviços, transferência de propriedade e quando todas as seguintes condições tiverem sido satisfeitas: a) o cliente assume os riscos e benefícios significativos decorrentes da propriedade dos bens; b) o valor da receita pode ser medido com segurança; c) o reconhecimento das contas a receber é provável; e d) os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser medidos com segurança.

a) Venda de produtos - atacado

A Companhia produz e vende uma variedade de revestimentos cerâmicos no mercado atacado. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o atacadista, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de revenda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo atacadista. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido embarcados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o atacadista; (iii) o atacadista tenha aceitado os produtos de acordo

com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Os revestimentos cerâmicos são eventualmente vendidos com descontos por volume. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos no mercado atacadista. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. As vendas são realizadas com prazo de pagamento variado de acordo com o tipo de cliente (Home Centers, Construtoras, Lojas Franqueadas), que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente.

b) Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros, e é reconhecida à medida que há expectativa de realização.

20 Despesas financeiras

As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre empréstimos e financiamentos, variação monetária nas contas a pagar a fornecedores, variação cambial de empréstimos e financiamentos, atualização de parcelamento de impostos e descontos concedidos a clientes. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

II) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

1) Estimativas

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas abaixo.

a) Revisão da vida útil e recuperação dos ativos

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

b) Provisões para contingências

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis e tributários que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais perdas decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos e legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

c) Provisões para perda no estoque

A provisão de estoque para potenciais perdas é constituída quando, com base na estimativa da Administração, os itens são definidos como descontinuados, baixo giro e quando os valores dos itens de estoque estiverem a um custo superior ao valor realizável líquido.

d) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos e passivos fiscais diferidos são baseados em diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis nas Demonstrações Financeiras e a base fiscal. Se a Companhia e suas controladas operarem com prejuízo ou não forem capazes de gerar lucro tributável futuro suficiente, ou se houver uma mudança material nas atuais taxas de imposto ou período de tempo no qual as diferenças temporárias subjacentes se tornem tributáveis ou dedutíveis, seria necessária uma reversão de parte significativa de nosso ativo fiscal diferido, podendo resultar em um aumento na taxa efetiva de imposto.

e) Plano de previdência privada

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A taxa de desconto apropriada é determinada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a administração considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

21 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da entidade

a) Recebíveis da Eletrobrás

O reconhecimento dos recebíveis da Eletrobras embasa-se na opinião dos consultores jurídicos da Companhia e está suportado pelo trânsito em julgado da ação, que se encontra atualmente em liquidação

de sentença. Os valores já foram apurados pelo setor de Contadoria da Justiça Federal, observados os contornos da sentença condenatória e os balizamentos observados pelo juiz da causa.

b) Créditos com outras pessoas ligadas com garantias

O recebível da Refinadora Catarinense é reconhecido com base no valor de contrato firmado com a contraparte e no valor das garantias oferecidas. Os créditos cedidos em garantia já foram convertidos em precatório e encontram-se insertos no orçamento da União. A Refinadora Catarinense S/A vem efetuando os pagamentos conforme contrato.

c) Parcelamento MP 470

O valor do parcelamento da MP 470 baseia-se no princípio que a Companhia obterá o deferimento do pedido de acordo com a opinião de seus consultores jurídicos.

A Companhia já requereu a prestação jurisdicional para obter a homologação judicial do parcelamento a que alude a MP 470. A referida ação – Mandado de Segurança – tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, secundada no pronunciamento da área jurídica da Companhia, bem como de dois escritórios de advocacia de notória especialização (Demarest Almeida e Souza Cescon). A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter a questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

d) Benefícios fiscais de ICMS

A Companhia possui incentivo fiscal de ICMS denominado PRODEC - Programa de desenvolvimento da empresa Catarinense - concedido pelo governo estadual de Santa Catarina. O Supremo Tribunal Federal – STF proferiu decisões em Ações Diretas, declarando a inconstitucionalidade de diversas leis estaduais que concederam benefícios fiscais de ICMS sem prévio convênio entre os Estados. Embora não possua incentivos fiscais de ICMS julgados pelo STF, a Companhia vem acompanhando, juntamente com seus assessores legais, a evolução dessa questão nos tribunais para determinar eventuais impactos em suas operações e consequentes reflexos nas Demonstrações Financeiras.

No estado de Alagoas, a Companhia possui incentivo fiscal denominado PRODESIN – Programa de Desenvolvimento Integrado. Os benefícios fiscais do PRODESIN consistem em diferimento do ICMS incidente sobre os bens adquiridos no país e no exterior destinados ao ativo fixo; diferimento do ICMS incidente sobre a matéria-prima adquirida no país ou no exterior; crédito presumido de 50% (cinquenta por cento) do ICMS relativo aos produtos da filial localizada no estado; diferimento para 360 (trezentos e sessenta) dias do ICMS a ser recolhido; financiamento de parte do ICMS devido ao estado em até 84 (oitenta e quatro) parcelas mensais com carência de 24 (vinte e quatro) meses para o pagamento da primeira parcela.

e) Auto de infração

Em 2014 e 2016, a Companhia foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos calendários de

2009 a 2013. A Companhia apresentou defesa e encontra-se aguardando o julgamento da referida impugnação.

f) Ativos fiscais

As estimativas e as premissas contábeis nos ativos fiscais na Companhia são relevantes e as informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

10.6 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a) Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

- i) Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**
- ii) Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**
- iii) Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iv) Contratos de construção não terminada**
- v) Contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não se aplica, visto que as operações que não estão registradas no balanço patrimonial foram evidenciadas nas demonstrações financeiras referentes os últimos três exercícios sociais.

b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

A Companhia possui passivos contingentes de natureza trabalhista e civil, que de acordo com a avaliação dos riscos oriundos avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia, há possibilidade de serem incorridas perdas nessas áreas. Tanto os ativos contingentes como os passivos contingentes estão demonstrados nas notas explicativas, que são partes integrantes das demonstrações financeiras.

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Para os passivos contingentes, havendo a possibilidade de serem incorridas perdas, o reconhecimento será outras despesas operacionais.

b) Natureza e o propósito da operação

Conforme descrito no item 10.6 (b), os passivos contingentes referem-se a processos de natureza cível e trabalhista.

c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não se aplica.

10.8 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a) Investimentos, incluindo:

i) Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Não se aplica.

ii) Fontes de financiamento dos investimentos

Não se aplica.

iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há previsão de desinvestimentos relevantes.

b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não se aplica, dado que o último caso dessa natureza ocorreu em 2015, quando foi inaugurada a nova fábrica em Alagoas, o motor da marca Pointer.

c) Novos produtos e serviços, indicando:

i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não foram divulgadas pesquisas de novos produtos.

ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

A estimativa de gastos com pesquisas para desenvolvimento de novos produtos é de R\$ 4 milhões em 2020.

iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados

Conforme divulgado nos itens anteriores, a unidade fabril de Alagoas está atendendo o mercado no Nordeste através da marca Pointer.

- **Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Os gastos estão incluídos no montante descrito no item ii acima.

10.09. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Não se aplica, pois, todos os fatores já foram comentados acima.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO LUCRO DO EXERCÍCIO

(ART. 9º DA ICVM 481/2009)

1 Informar o Lucro Líquido do Exercício

O lucro líquido da Companhia foi de R\$ 13.128 mil em 31 de dezembro de 2019.

2 Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprios já declarados.

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado. Além disso, o Acordo de Acionistas celebrado em 18 de fevereiro de 2019, prevê distribuição mínima de 50% do lucro líquido (conforme ajustado nos termos da lei) do exercício social em questão, observada a existência de caixa disponível na Companhia para efetuar o pagamento dos dividendos em montante superior ao dividendo mínimo obrigatório (i.e., 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido).

A Administração irá propor distribuir dividendos mínimos de 50 %, conforme previsto no Acordo de Acionistas. Será aprovada, o restante do montante líquido a pagar no valor de R\$ 6.236.068,00, que corresponde a R\$ 0,039347128 por ação, sob forma de dividendos cuja data de pagamento será deliberada após Assembleia Geral Ordinária.

3 Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

O montante total distribuído corresponderá a 50% do lucro líquido.

4 Informar o montante de global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Não se aplica.

5 Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

a) O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe

O saldo previsto para sob forma de dividendos no valor de R\$ 0,039347128 por ação.

b) A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio

Será pago após as deliberações da Assembleia Geral Ordinária que está prevista para 28 de abril de 2020, onde terá sua forma de pagamento definida.

c) Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio

Não se aplica.

d) Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

A data será definida após as deliberações da Assembleia Geral Ordinária que está prevista para 28 de abril de 2020.

6 Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

a) Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados

Não houve pagamentos de proventos aos acionistas referentes ao exercício de 2019.

b) Informar a data dos respectivos pagamentos

Não houve o pagamento .

7 Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

a) Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

i) Lucro (prejuízo) do exercício por ação – R\$

2019	2018	2017
0,039	0,001	0,40

ii) Lucro (prejuízo) do exercício por lote de mil ações – R\$

2019	2018	2017
13,1	84,74	400,67

b) Dividendos e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Em 2017 houve a destinação de dividendos e juros sobre capital próprio. Na ocasião foram distribuídos R\$ 30.464 mil, pagos em agosto de 2017 e maio de 2018.

Em 2018 houve a destinação de dividendos e juros sobre capital próprio. Foram distribuídos R\$ 31.891.929,04, pagos em agosto de 2018 e abril de 2019.

Em 2019 não houve antecipação referente ao exercício de 2019.

8 Havendo destinação de lucros à reserva legal

a) Identificar o montante destinado à reserva legal

O montante destinado à reserva legal foi de R\$ 656.428,23.

b) Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Conforme o artigo 193 da Lei 6.404/76 foi aplicado 5% (cinco por cento) do lucro líquido do exercício.

9 Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a) Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica.

b) Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica.

c) Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não se aplica.

d) Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não se aplica.

e) Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe

Não se aplica.

10 Em relação ao dividendo obrigatório

a) Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto

Conforme o artigo 37 do estatuto social da Companhia:

Do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro. Os lucros líquidos apurados serão destinados sucessivamente e nesta ordem, da seguinte forma:

- i) 5% serão aplicados antes de qualquer destinação, na constituição da reserva legal que não excederá 20% do capital social.
- ii) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de Reservas para Contingências na forma prevista no artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações.
- iii) Uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

iv) A parcela correspondente a no mínimo 25% do lucro líquido, calculado sobre o saldo obtido com as deduções e acréscimos previstos no artigo 202, II e III da Lei das Sociedades por Ações, será distribuída aos acionistas como dividendos obrigatórios.

b) Informar se ele está sendo pago integralmente

Está previsto pagamento integral dos dividendos mínimos obrigatórios. **Informar o montante eventualmente retido**

Não se aplica.

11 Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

a) Informar o montante da retenção

Não se aplica.

b) Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos

Não se aplica.

c) Justificar a retenção dos dividendos

Não se aplica.

12 Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

a) Identificar o montante destinado à reserva

Não se aplica.

b) Identificar a perda considerada provável e sua causa

Não se aplica.

c) Explicar porque a perda foi considerada provável

Não se aplica.

d) Justificar a constituição da reserva

Não se aplica.

13 Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

a) Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar

Não se aplica.

b) Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva

Não se aplica.

14 Havendo destinação de resultado para reservas estatutárias

a) Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva

Não se aplica, dado que não serão constituídas reservas estatutárias.

b) Identificar o montante destinado à reserva

Não se aplica.

c) Descrever como o montante foi calculado

Não se aplica.

15 Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

a) Identificar o montante da retenção

Não se aplica.

b) Fornecer cópia do orçamento de capital

Não se aplica.

16 Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

a) Informar o montante destinado à reserva

No último trimestre de 2019, a Companhia foi reclassificou a Reserva de Lucros a destinar para a rubrica Reserva para Incentivos Fiscais referente aos anos de 2016 a 2017 no valor de R\$ 36.969, em 2018 no valor de R\$ 10.977 e R\$ 10.760 do ano de 2019 que se referem as subvenções governamentais de incentivos fiscais de ICMS referente ao Prodesin (Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas) e ao Tratamento tributário Diferenciado de Santa Catarina (TTD). A parcela correspondente ao PRODESIN R\$ 35.233, foi excluída das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL neste exercício, gerando um resultado de IRPJ e CSLL diferidos de R\$ 11.979 .

b) Explicar a natureza da destinação

Não se aplica.

Atendimento às exigências contidas na Instrução CVM 480/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

100ASSEMBLEIA GERAL E ADMINISTRAÇÃO

Item 12 do Formulário de Referência (Instrução CVM nº 480/2009)

Candidatos indicados pelos acionistas controladores

12.6 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar em forma de tabela:

Nome	Idade	Orgão administrativo	Data da possível eleição e posse	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo a ocupar		Indicado pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Maro Marcos Hadlich Filho 442.839.119-68	55 Advogado e Contador	Conselho Fiscal Membro Efetivo	28/04/2020 28/04/2020	1 ano Sim
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Maria Amalia Trevisol Muller 683.167.129-20	52 Contadora	Conselho Fiscal Membro Suplente	28/04/2020 28/04/2020	1 ano Sim
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Jorge Muller 518.027.679-91	53 Contador	Conselho Fiscal Membro Efetivo	28/04/2020 28/04/2020	1 ano Sim
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Haroldo Pabst 131.643.339-00	76 Advogado	Conselho Fiscal Membro Suplente	28/04/2020 28/04/2020	1 ano Sim
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Carlos Eduardo Zoppello Brennand 168.126.648-20	56 Advogado	Conselho Fiscal Membro Efetivo	28/04/2020 28/04/2020	1 ano Sim
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Eduardo Czernay Gutierrez 003.623.319-60	40 Administrador	Conselho Fiscal Membro Suplente	28/04/2020 28/04/2020	1 ano Sim
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Geraldo Luciano Matos Jr 144.388.523-15	40 Administrador	Conselho Administrador Membro Efetivo	28/04/2020 28/04/2020	2 ano Sim
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
César Gomes Júnior 305.583.019-91	60 Administrador	Diretoria e Conselho de Administração Vice- Presidente e Presidente C.A.	28/04/2020 28/04/2020	2 anos Sim
Pertence ao Conselho de Administração e a Diretoria				
Cláudio Avila da Silva 179.169.099-87	64 Administrador	Diretoria Vice- presidente e Vice-presidente	28/04/2020 28/04/2020	2 anos Sim
Pertence ao Conselho de Administração e a Diretoria				
Glauco José Côte 003.467.999-53	76 Advogado	Conselho de Administração Membro Efetivo	28/04/2020 28/04/2020	2 anos Sim
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Walter Roberto de Oliveira Longo 563.380.748-00	69 Administrador	Conselho de Administração Membro Efetivo (independente)	28/04/2020 28/04/2020	2 anos Sim
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Marcos Gouvea de Souza 223.160.948-00	57 Economista	Conselho de Administração Membro Efetivo (independente)	28/04/2020 28/04/2020	2 anos Não
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				
Nilton Torres de Bastos Filho 217.335.658-50	42 Engenheiro	Conselho de Administração Membro Efetivo	28/04/2020 28/04/2020	2 anos Sim
Não se aplica, dado que o o Conselheiro não exerce outros cargos na Companhia.				

Os conselheiros independentes asseguram seu enquadramento em relação aos critérios de independência conforme o regulamento do novo mercado. Para fins de enquadramento de conselheiro independente, eles não são considerados:

- É acionista controlador direto ou indireto da companhia;

- Tem seu exercício de voto nas reuniões do conselho de administração vinculado por acordo de acionistas que tenha por objeto matérias relacionadas à companhia;

III - é cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, até segundo grau do acionista controlador, de administrador da companhia ou de administrador do acionista controlador;

V - Foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da companhia ou do seu acionista controlador.

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários.

Não se aplica, dado que a Companhia não dispõe de comitês conforme citado no enunciado acima.

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a) Currículos dos membros indicados para o conselho fiscal:

Maro Marcos Hadlich Filho - Advogado, formado pela Faculdade de Ciências Jurídicas da Universidade Regional de Blumenau – FURB, e contador, formado pela Faculdade de Ciências Contábeis da mesma universidade. É pós-graduado em Direito Tributário (FURB, 1985/1986) em Direito Empresarial (INPG, 1989/1990) e em Direito Comercial (FURB, 1991/1992). É professor de Direito Tributário da FURB desde 1987, atuando nos cursos de graduação e pós-graduação. Foi professor de Direito Tributário da Escola Superior de Magistratura de Santa Catarina, tendo proferido palestras e seminários sobre Direito Tributário em vários órgãos de classe. Publicou, por vários anos, artigos de Direito Tributário em jornais. É membro da Câmara de Assuntos Legislativos e Tributários da Federação das Indústrias de Santa Catarina – FIESC, tendo exercido a função de conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil, Sub-seção de Blumenau. Atua como membro do Conselho Fiscal de sociedades anônimas abertas e fechadas.

Maria Amalia Trevisol Muller - Contadora, graduada pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, especializada em Análises tributárias pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Trabalhou na área de controladoria do Grupo Portobello durante 14 anos. Posteriormente, exerceu o cargo de contadora da Portobello S/A durante 06 anos e atualmente é uma das contadoras da empresa Muller Contadores Associados S/S Ltda.

Jorge Muller - Contador, graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, especializado em Finanças pela UFSC. Exerceu o cargo de contador no Grupo Portobello durante 08 anos. Posteriormente, foi contador da empresa Dígitro Telecomunicações Ltda, gerente de Controladoria da HERTZ Rent a Car em Santa Catarina e atualmente é sócio administrador da empresa Muller Contadores Associados S/S Ltda.

Haroldo Pabst - Bacharel em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Livre Docente em Direito Privado pela Universidade Gama Filho (Rio de Janeiro, RJ). Professor de Direito Comercial Brasileiro na Humboldt-Universität, (Berlim, Alemanha). Foi Diretor Jurídico da Teka - Tecelagem Kuehnrich S.A. e da Associação Comercial e Industrial de Blumenau. Sócio do escritório Pabst & Hadlich Advogados Associados.

Carlos Eduardo Zoppello Brennand- piloto de Helicóptero, exercício função de 1989 a 2009, atendendo Plataformas da Petrobrás e operando também como táxi aéreo. Ministra cursos sobre mercado de capitais.

Eduardo Gutierrez - nascido em Florianópolis em 1978, é formado em Administração de Empresas pela Universidade Federal de Santa Catarina. Atualmente cursando MBA em Gestão Empresarial pela FGV. É administrador de uma Holding de Participações familiar, PBG Participações, atuando nos mercados Industrial, Imobiliário e Logístico. Membro do Conselho de Administração da GTT Soluções Tecnológicas S.A. Foi representante do Bloco de Controle Familiar da Empresa PBG S.A entre os anos de 2018 e 2020. Com perfil empreendedor já desenvolveu e participou em uma série de empreendimentos nas áreas de entretenimento, alimentação, comércio, esporte e tecnologia.

Cesar Gomes Junior - Administrador de Empresas graduado pela Escola Superior de Administração e Gerência – ESAG/UEDESC, Diretor Presidente da Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda, Vice Presidente do Conselho de Administração da Refinadora Catarinense S/A, Sócio Gerente da Mineração Portobello Ltda, Presidente do Conselho de Administração da Portobello America, Inc., é também membro do Conselho Consultivo da CIESC – Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente da Portobello S/A.

Nilton Torres de Bastos Filho - MBA (especialização em finanças e operações) pela Stern School of Business da New York University (NYU) e Engenheiro Mecânico pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP). Foi consultor, tendo trabalhado em projetos de estratégia e operações para: Editora Abril, Editora Ática Scipione, Klabin, TAM e outros. Foi Diretor Comercial e Diretor Industrial da Portobello S/A, e diretor da Portobello Shop S/A. Atualmente é Diretor de Planejamento da Lubrasil Lubrificantes Ltda.

Glauco José Côrte - Bacharel em Direito, graduado pela Universidade Federal de Santa Catarina, com especializações em Administração Pública pela Fundação Getúlio Vargas (Rio de Janeiro) e Direito Público Interno pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, com cursos na American Graduate School of International Management (Arizona, EUA) e no International Institute for Management Development (Lausanne, Suíça). Foi Assessor do Diretor Financeiro da Sotelca, Adjunto do Diretor Financeiro da Eletrosul, Diretor Financeiro da Cia. Siderúrgica Nacional e Vice-Presidente da Portobello S/A. Vice-Presidente da Refinadora Catarinense S/A e da Usati Administração de Bens e Participações Societárias Ltda. Foi Presidente do Conselho de Administração da Celesc S/A e membro do Conselho de Administração da Santinvest S/A. É membro do Conselho de Administração da Multilog S/A, do Conselho de Administração da Pedra Branca S/A. É membro do Conselho da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e Presidente do Conselho Temático de Política Industrial e Desenvolvimento Tecnológico da Confederação Nacional da Indústria (CNI). É Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina-FIESC e dos Conselhos do SESI/SENAI/IEL.

Geraldo Luciano Mattos Junior - Graduado em Administração de Empresas pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, em 1985, graduou-se também em Direito, pela UNIFOR, em 1998, e adquiriu o grau de Mestre em Administração de Empresas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPEAD), em 1993. Entre 1977 e 1995, compôs o quadro Banco do Nordeste do Brasil, onde, dentre outras, exerceu as funções de Assessor da Presidência, Chefe do Departamento de Mercado de Capitais e Diretor Executivo da Caixa de Previdência dos Funcionários. Em 1994, foi cedido ao Governo do Estado do Ceará, onde exerceu a função de Diretor Financeiro e de Câmbio do Banco do Estado do Ceará, até 1995. Ainda, exerceu a Presidência da Associação Brasileira dos Analistas de Mercado de Capitais-Seção Nordeste (ABAMEC), no período de 1995 e 1996. Foi Diretor Financeiro do Banco Equatorial. Em 2000, ingressou na M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos, exercendo a função de Assessor da Diretoria, cargo que ocupou até 2003, quando foi nomeado Diretor de Finanças. Atualmente ocupa o cargo de Diretor Vice-Presidente de Investimentos e Controladoria e Diretor de Relações com Investidores do Grupo

M. Dias Branco S.A.

Walter Roberto de Oliveira Longo - Membro independente conforme o critério de independência do Regulamento do Novo Mercado. Graduado em Administração e especializado em marketing na Universidade da Califórnia (EUA). Atuou no setor de eventos e propaganda. Presidente da Wunderman Brasil e, posteriormente Presidente da TVA, empresa de TV por assinatura do Grupo Abril. Presidência da ABTA - Associação Brasileira de TV por Assinatura e posteriormente Presidente do Conselho. Presidente do Grupo Newcomm Bates, um dos maiores grupos de propaganda em nosso país composto por sete empresas especializadas em múltiplas ferramentas de comunicação. E posteriormente Mentor de Estratégia e Inovação, além de Presidente da Grey, onde permaneceu até março de 2016. Anteriormente era Presidente do Grupo Abril e Mentor de Estratégia e Inovação do Grupo Newcomm - holding de comunicação do Grupo WPP que inclui as agências Young & Rubicam, Wunderman, Grey Brasil, VML, entre outras. Atualmente empreendedor digital, palestrante internacional e sócio-diretor da Unimark Comunicação. E também é membro do Conselho da Sul América Grup MGB, Cacau Show, Neoway e do Comitê Digital do Hospital Albert Einstein.

Marcos Gouvêa de Souza – Membro independente conforme o critério de independência do Regulamento do Novo Mercado. Mestre em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, SP, foi professor da própria FGV e da Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM). Sócio-diretor da GS&MD, uma das maiores empresas de consultoria em varejo e consumo do país. É palestrante internacional e escritor. Membro do Conselho do Instituto para o Desenvolvimento do Varejo (IDV) e do Ebeltoft Group que inclui 25 membros, representando 26 países. Foi executivo de empresas nacionais e internacionais de varejo, como o Grupo Fenícia, Lojas Arapuã, Sears e Dillard's. Participou, como dirigente, do quadro das seguintes instituições: Confederação Nacional dos Diretores Lojistas (CNDL); Associação Brasileira de Anunciantes (ABA); Conselho de Auto Regulamentação Publicitária (CONAR); e Associação Brasileira de Franchising (ABF). É presidente do LIDE Comércio e faz parte do Conselho da BFFC, empresa que reúne as marcas Bobs, KFC e Pizza Hut. É também sócio e diretor da Primetour e Primetravel, empresas que atuam no setor de turismo.

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor, controlada ou controlador	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo				
Administrador do emissor ou controlada:				
César Gomes Júnior	305.583.019-91	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Vice presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente				
Pessoa relacionada:				
<i>Administrador</i>				
Gabriela Richter Gomes	007.489.389-07	Portobello S/A	83.475.913/0001-91	
<i>Acionista membro do grupo de controle</i>				

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviços ou controles mantidos, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2016 <u>Administrador do emissor:</u> Gabriela Richter Gomes Acionista membro do grupo de controle	007.489.389-07	Controle	Cliente
<u>Pessoa relacionada:</u> Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda Sócia	11.561.432/0003-50		
<u>Observação</u> Franquia Portobello Shop e Locação Imóvel			
<u>Administrador do emissor:</u> Eleonora Ramos Gomes Acionista membro do grupo de controle	013.808.518-82	Controle	Cliente
<u>Pessoa relacionada:</u> Solução Cerâmica Comércio Ltda Sócia	03.796.084/0001-00		
<u>Observação</u> Franquia Portobello Shop			
<u>Administrador do emissor:</u> Valério Gomes Neto César Gomes Junior Eleonora Ramos Gomes Eduardo Ramos Gomes Junior ABPS Ltda. Acionistas membros do grupo de controle Membro Conselho de Administração	245.328.949-72 305.803.019-91 013.808.518-82 454.713.209-72 03.609.424/0001-46	Controle	Fornecedor
<u>Pessoa relacionada:</u> Gomes Participações Societárias Ltda Sócios	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u> Locação Centro Empresarial Office Park			

Atendimento às exigências contidas na Instrução CVM 480/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Identificação Cargo/Função	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa	Tipo de pessoa relacionada
Exercício Social 31/12/2015			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Gabriela Richter Gomes	007.489.389-07	Controle	Cliente
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa relacionada:</u>			
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda Sócia	11.561.432/0003-50		
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop e Locação Imóvel			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	Controle	Cliente
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa relacionada:</u>			
Solução Cerâmica Comércio Ltda Sócia	03.796.084/0001-00		
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Valério Gomes Neto	245.328.949-72	Controle	Fornecedor
César Gomes Junior	305.803.019-91		
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82		
Eduardo Ramos Gomes	454.713.209-72		
Junior ABPS Ltda.	03.609.424/0001-46		
Acionistas membros do grupo de controle			
Membro Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada:</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócios	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			
Exercício Social 31/12/2014			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Gabriela Richter Gomes	007.489.389-07	Controle	Cliente
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa relacionada:</u>			
Flooring Revestimentos Cerâmicos Ltda Sócia	11.561.432/0003-50		
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop e Locação Imóvel			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82	Controle	Cliente
Acionista membro do grupo de controle			
<u>Pessoa relacionada:</u>			
Solução Cerâmica Comércio Ltda Sócia	03.796.084/0001-00		
<u>Observação</u>			
Franquia Portobello Shop			
<u>Administrador do emissor:</u>			
Valério Gomes Neto	245.328.949-72	Controle	Fornecedor
César Gomes Junior	305.803.019-91		
Eleonora Ramos Gomes	013.808.518-82		
Eduardo Ramos Gomes	454.713.209-72		
Junior ABPS Ltda.	03.609.424/0001-46		
Acionistas membros do grupo de controle			
Membro Conselho de Administração			
<u>Pessoa relacionada:</u>			
Gomes Participações Societárias Ltda Sócios	10.723.267/0001-60		
<u>Observação</u>			
Locação Centro Empresarial Office Park			

PROPOSTA DE REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES (Artigo 12º da Instrução CVM nº 481/2009)

A Companhia propõe que a remuneração global anual dos administradores seja fixada em até R\$ 16 (dezesesseis milhões reais), divididos em parte fixa e parte variável.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES Item 13 do Formulário de Referência (Instrução CVM nº 480/2009)

13.1 Política e prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a) Objetivos da política ou prática de remuneração

Remunerar adequadamente os profissionais, mantendo alinhamento com a prática de mercado.

- Conselho de Administração e Diretoria: A Assembleia fixa o montante global e compete ao Conselho de Administração à fixação dos honorários individuais. Os Diretores não estatutários recebem remuneração idêntica aos Diretores estatutários.
- Conselho Fiscal: A remuneração do Conselho Fiscal é definida pela Assembleia que os elegeu, de acordo com o artigo 162 da Lei nº 6.404/76.

A Companhia não possui Comitês estatutários e de auditoria.

b) Composição da remuneração, indicando:

i) descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Honorários mensais – remuneração fixa garantida e alinhada com a prática de mercado;

Plano de participação nos resultados (PPR) – remuneração variável anual, atreladas às metas de desempenho da empresa e individual, objetivando o melhor desempenho da empresa;

Incentivo de longo prazo (ILP) – remuneração variável de longo prazo atrelada ao crescimento da empresa, objetivando o engajamento e retenção dos profissionais.

ii) em relação aos 3 últimos exercícios sociais, qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Honorários mensais – 13,33 parcelas no ano;

PPR – 1 parcela de adiantamento referente ao primeiro semestre e 1 parcela complementar referente ao ano correspondendo a um *target* total de 8 vezes o valor de seus honorários mensais, exceto para o exercício de 2016 em que não houve pagamento;

ILP – Contrato de 5 anos com base em ação referência, com meta de crescimento, correspondendo a um *target* de 8 vezes o valor de seus honorários mensais.

iii) Metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

Pesquisa de remuneração e aprovação em Assembleia Geral.

iv) Razões que justificam a composição da remuneração

Estratégia da empresa, comparação e adequação ao mercado.

v) A existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica.

c) principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Indicadores corporativos (LAI – lucro antes de juros e impostos, Capital de Giro) e indicadores individuais.

d) Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Definida escala de atingimento dos indicadores, atrelados ao valor de remuneração correspondente (PPR, ILP).

e) como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Curto prazo – Competitividade com o mercado.

Médio e Longo prazo – alavanca de resultados e retenção dos profissionais.

f) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Não se aplica, dado que não há mais remuneração de administradores na controlada Portobello Shop S/A desde o exercício de 2013.

g) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica.

Atendimento às exigências contidas na Instrução CVM 480/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13.2 Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

R\$ mil					Previsto 2020	
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total		
Número de membros (1)	9	4	3	16		
Número de membros remunerados	9	4	3	16		
Remuneração fixa anual						
Salário ou pró-labore	1.450	4.304	239	5.993		
Benefícios diretos e indiretos	290	2.117	48	2.455		
Participações em comitês	-	-	-	-		
Outros (2)	-	-	-	-		
Descrição de outras remunerações fixas	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício.	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício.	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício.	-		
Remuneração variável anual (3)	-	-	-	-		
Descrição de outras remunerações variáveis	(3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	-	(3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	-		
Benefícios pós-emprego (4)	-	-	-	-		
Benefícios pela cessação do exercício do cargo (4)	-	-	-	-		
Remuneração baseada em ações incluindo opções	-	-	-	-		
Observações	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	-		
Valor da remuneração	1.740	6.421	287	8.448		
Total da remuneração no período				8.448		

Atendimento às exigências contidas na Instrução CVM 480/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

R\$ mil					2019
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total	
Número de membros (1)	9	4	3	16	
Número de membros remunerados	9	4	3	16	
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	1.450	4.304	239	5.993	
Benefícios diretos e indiretos	290	2.117	48	2.455	
Participações em comitês	-	-	-	-	
Outros (2)	-	-	-	-	
Descrição de outras remunerações fixas	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício.	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício.	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício.	-	
Remuneração variável anual (3)					
Descrição de outras remunerações variáveis	(3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	-	(3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	-	
Benefícios pós-emprego (4)	-	-	-	-	
Benefícios pela cessação do exercício do cargo (4)	-	-	-	-	
Remuneração baseada em ações incluindo opções	-	-	-	-	
Observações	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	-	
Valor da remuneração	1.740	6.421	287	8.448	
Total da remuneração no período				8.448	

Atendimento às exigências contidas na Instrução CVM 480/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

R\$ mil					2018
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total	
Número de membros (1)	7	4	3	14	
Número de membros remunerados	7	4	3	14	
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	1.460	4.886	140	6.486	
Benefícios diretos e indiretos	-	1.122	-	1.122	
Participações em comitês	-	-	-	-	
Outros (2)	292	987	27	1.306	
Descrição de outras remunerações fixas	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício.	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício.	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício.	-	
Remuneração variável anual (3)					
Descrição de outras remunerações variáveis	(3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	2.100	(3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	2.100	
Benefícios pós-emprego (4)	-	-	-	-	
Benefícios pela cessação do exercício do cargo (4)	-	-	-	-	
Remuneração baseada em ações incluindo opções	-	-	-	-	
Observações	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	-	
Valor da remuneração	1.752	9.095	167	11.014	
Total da remuneração no período				11.014	

Atendimento às exigências contidas na Instrução CVM 480/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

R\$ mil					2017
Órgão	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total	
Número de membros (1)	7	4	3	14	
Número de membros remunerados	7	4	3	14	
Remuneração fixa anual					
Salário ou pró-labore	1.386	3.966	142	5.494	
Benefícios diretos e indiretos	-	1.659	-	1.659	
Participações em comitês	-	-	-	-	
Outros (2)	277	815	28	1.120	
	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício.	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício.	(2) Conforme recomendação da CVM, através do Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017 item 10.2.13 b) encontra-se demonstrado sob a rubrica "outros" as contribuições para o INSS pagas pelo empregador reconhecidas no resultado. Pra 2017 o valor é o previsto para o exercício.	-	
Descrição de outras remunerações fixas				-	
Remuneração variável anual (3)					
	-	2.414	-	2.414	
Descrição de outras remunerações variáveis	(3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	1.431	(3) Não se aplica remuneração variável anual, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.	1.431	
Benefícios pós-emprego (4)	-	-	-	-	
Benefícios pela cessação do exercício do cargo (4)	-	-	-	-	
Remuneração baseada em ações incluindo opções	-	-	-	-	
Observações	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	(4) Não são aplicáveis para nenhum órgão o reconhecimento de valores referentes a benefícios pós emprego, benefícios pela cessação do exercício do cargo ou remuneração baseada em ações. (1) Este valor corresponde à média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.	-	
Valor da remuneração	1.663	10.285	170	12.118	
Total da remuneração no período				12.118	

13.3 Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal:

A Companhia possui plano de participação nos resultados com base em atingimento de percentual sobre o lucro antes dos juros e impostos orçado.

Órgão	Previsto para o Exercício Social Corrente de			Exercício Social Encerrado em 31 de Dezembro de		
	2020			2019		
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros (1)	4	-	-	4	-	-
Bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Participação no resultado e incentivo de longo prazo						
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (2)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor máximo previsto no plano de remuneração (3)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor efetivamente reconhecido no resultado	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	2.310	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)

(1) Corresponde ao número de membros a quem foi atribuída remuneração variável.

(2) Não está previsto valor mínimo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(3) Não está previsto valor máximo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(4) Não se aplica, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.

Órgão	Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de			Exercícios Sociais Encerrados em 31 de Dezembro de		
	2018			2017		
	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal	Diretoria	Conselho de Administração	Conselho Fiscal
Número de membros (1)	4	-	-	4	-	-
Bônus	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Participação no resultado						
Valor mínimo previsto no plano de remuneração (2)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor máximo previsto no plano de remuneração (3)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	-	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)
Valor efetivamente reconhecido no resultado	2.100	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)	1.431	Não se aplica (4)	Não se aplica (4)

(1) Corresponde ao número de membros a quem foi atribuída remuneração variável.

(2) Não está previsto valor mínimo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(3) Não está previsto valor máximo para o plano de participação no resultado. Este oscila conforme o atingimento das metas orçadas.

(4) Não se aplica, dado que a Companhia não possui plano de remuneração variável a membros do Conselho de Administração e Fiscal.

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.5 Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária:

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.6 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social:

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.7 Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.8 Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.7, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções:

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta plano de remuneração baseado em ações.

13.9 Ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social:

13.10 Informações sobre os planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários:

	PBG S.A		Portobello Shop S/A		Mineração Portobello Ltda.	
	Ações Ordinárias	% Total	Ações Ordinárias	% Total	Quotas	% Total
Controladores	84.701.526	53,44%	100	-	360	0,24%
Conselho de Administração	47.722	0,03%	-	-	-	-
Conselho Fiscal	-	0,00%	-	-	-	-
Diretoria Estatutária	3	0,00%	300	0,10%	-	-
Total das ações	84.749.251	53,47%	400	0,10%	360	0,24%

Órgão	Diretoria
Número de membros	4
Nome do plano	Portobello Prev
Quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar	2
Condições para se aposentar antecipadamente	a) Tenha pelo menos 55 anos de idade b) Tenha pelo menos 120 meses de vínculo empregatício com uma das patrocinadoras c) Tenha cumprido a carência de 120 contribuições mensais d) Rescinda o vínculo empregatício com a Companhia patrocinadora
Valor atualizado das contribuições no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 5.438
Total acumulado de contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores	R\$ 385
Possibilidade de resgate antecipado e quais as condições	Sim. Em caso de perda do vínculo empregatício ou destituição.

13.11 Remuneração, nos 3 últimos exercícios sociais, do conselho de administração, da diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

A remuneração individual está representada pelas despesas anuais, reconhecidas no resultado da controladora, relativas a honorários e benefícios diretos e indiretos destinados a cada membro dos órgãos demonstrados.

Atendimento às exigências contidas na Instrução CVM 480/2009
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em Reais	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração			Conselho Fiscal		
	2019	2018	2017	2019	2018	2017	2019	2018	2017
Número de membros	4	4	4,00	7,67	7,67	7,67	3,00	3,00	3,00
Valor da maior remuneração individual ¹	3080	3.070	2.791	240	234	213	60	59	54
Valor da menor remuneração individual ²	2413	2.137	1.598	240	234	213	60	59	54
Valor médio da remuneração individual ³	2413	1.759	1.943	240	234	213	60	59	54

(1) O valor da maior remuneração anual individual foi apurado considerando 12 meses em que o respectivo membro exerceu suas funções na Companhia.

(2) O valor da menor remuneração anual individual foi apurado com a exclusão de membros que exerceram menos de 12 meses na função.

(3) O valor médio da remuneração individual foi apurado de acordo com a recomendação expressa no Ofício-Circular CVM/SEP nº 01/2017. Nesta orienta-se que o total da remuneração do item 13.2 seja dividido pelo número de membros de cada órgão, exceto no caso de renúncia da remuneração.

13.12 Arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia:

Não se aplica, dado que a Companhia não apresenta arranjos contratuais apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

13.13 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Não se aplica. Dentro das diretrizes apresentadas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1), Divulgação sobre Partes Relacionadas, aprovado pela Deliberação CVM nº 642/10, não há membros do conselho de administração, diretoria estatutária ou conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores diretos ou indiretos.

13.14 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não se aplica, dado que não houve outro tipo de vínculo que não a função que os administradores ocupam.

13.15 Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não se aplica, dado que não houve outros valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia.

13.16 Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.